



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Ciência da Informação

Curso de Graduação em Biblioteconomia

RECUPERAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS RELACIONADAS À MULHER NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS: um estudo de caso

Marina Batista dos Anjos

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda de Souza Monteiro

Brasília
2025

Marina Batista dos Anjos

RECUPERAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS RELACIONADAS À MULHER NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS: um estudo de caso

Monografia apresentada como parte das
exigências para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia pela
Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda de Souza Monteiro

Brasília
2025

A599e

Anjos, Marina Batista dos.

Recuperação de proposições legislativas relacionadas à mulher na Câmara dos Deputados: um estudo de caso / Marina Batista dos Anjos. – Brasília, 2025.

93 f.

Orientação: Fernanda de Souza Monteiro

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2011.

Inclui bibliografia

1. Indexação 2. Recuperação da informação 3. Tesauro 4. Proposição legislativa I. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: RECUPERAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS RELACIONADAS À MULHER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: um estudo de caso.

Autor(a): Marina Batista dos Anjos

Monografia apresentada em **19 de fevereiro de 2025** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Fernanda de Souza Monteiro

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Felipe Augusto Araraki

Membro Externo(CNI): Dra. Maria da Conceição Lima Afonso



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA AFONSO, Usuário Externo**, em 24/03/2025, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Augusto Arakaki, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/03/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Souza Monteiro, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/03/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12540819** e o código CRC **4C3C5066**.

Este trabalho é inteiramente dedicado à minha mãe, uma mulher que inspira pela sua coragem e que acreditou em mim, mesmo nos momentos em que eu não acreditei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por todo o apoio, não apenas durante a realização deste trabalho, mas ao longo de toda a minha vida. Sem você, nada disso seria possível. Agradeço aos meus amigos Jana, Matheus, Raquel e Maria por vibrarem nas minhas conquistas junto comigo. À Juliana, por me ajudar a ler os textos, mas, principalmente, por tanta paciência e apoio nessa fase.

Agradeço à Aline e ao Renan, do meu primeiro estágio no ensino médio, por terem me direcionado para a Ciência da Informação, e à Cris Caexeta, do meu último estágio, por ter abraçado a minha ideia e por toda a ajuda e incentivo durante esse processo. À Fran, por me inspirar a seguir na carreira, e à Valéria, pelas conversas esclarecedoras sobre o trabalho. Por fim, agradeço à minha orientadora Fernanda Monteiro por todo suporte e por ter acreditado na minha pesquisa quando eu pensei estar tudo perdido.

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher
não o for, mesmo quando as correntes dela
forem muito diferentes das minhas. ”

Audre Lorde

RESUMO

Apresenta um estudo de caso realizado na Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (CORPI), da Câmara dos Deputados, responsável por planejar, coordenar, administrar e supervisionar as atividades de atendimento e pesquisa de informação dirigidas ao Centro de Documentação e Informação. Com o objetivo de compreender as dificuldades dos pesquisadores responsáveis pelas demandas de pesquisa legislativa, especialmente na temática da mulher, realizou-se uma pesquisa de cunho qualiquantitativa dividida em duas etapas. A primeira consistiu na análise da qualidade da indexação por meio da avaliação intrínseca qualitativa, na qual foram reindexadas 30 proposições legislativas relacionadas à temática da mulher, buscando compreender se a Política de Indexação da Câmara dos Deputados está sendo cumprida. A segunda etapa consistiu na aplicação de um questionário para os pesquisadores com o objetivo de entender quais os motivos para a insatisfação com a recuperação de proposições legislativas. Os resultados mostraram que as principais dificuldades decorrem de uma junção de falhas relacionadas ao Tesauro da Câmara dos Deputados, o Sistema de Informações Legislativas, utilizado para tratamento e busca da informação e a própria indexação realizada.

Palavras-chave: Indexação. Recuperação da informação. Tesauro. Proposições legislativas.

ABSTRACT

It presents a case study carried out at the Coordination of Relations, Research and Information (CORPI) of the Chamber of Deputies, which is responsible for planning, coordinating, managing and supervising the activities of service and information research directed to the Documentation and Information Centre. With the aim of understanding the difficulties faced by researchers in charge of legislative research requirements, especially on the subject of women, a qualitative-quantitative research was carried out in two stages. The first stage involved analysing the quality of indexing through an intrinsic qualitative evaluation, in which 30 legislative proposals related to women were re-indexed in order to understand whether the indexing policy of the Chamber of Deputies was followed. In the second stage, a questionnaire was sent to researchers in order to understand the reasons for dissatisfaction with the retrieval of legislative proposals. The results showed that the main difficulties arose from a combination of deficiencies related to the Chamber of Deputies' thesaurus, the Legislative Information System used for data processing and retrieval, and the indexing itself.

Keyword: Indexing. Information retrieval. Thesaurus. legislative proposals

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do processo de recuperação da informação.....	21
Figura 2 – Expressão de busca no SILEG.....	22
Figura 3 – Pesquisa de proposições legislativas no Portal da Câmara.....	25
Figura 4 – Busca avançada por assunto no Portal da Câmara.....	26
Figura 5 – Funcionamento de um Sistema de Recuperação da informação.....	28
Figura 6 – Estrutura dos tesouros.....	42
Figura 7 – Interface do Tesouro da Câmara dos Deputados.....	46
Figura 8 – Ordenação dos termos no Tesouro da Câmara dos Deputados.....	50
Figura 9 – Interface do Sistema de Informações Legislativas - SILEG.....	52
Figura 10 – Critérios de busca de proposições no Sistema de Informações Legislativas: Numeração da Proposição.....	53
Figura 11 – Critérios de busca de proposições no Sistema de Informações Legislativas: Pesquisa Textual.....	54
Figura 12 – Critérios de busca de proposições no Sistema de Informações Legislativas: Pesquisa Textual.....	55
Figura 13 – Relação de propostas legislativas sobre a mulher.....	66
Figura 14 – Equidade de gênero no TECAD.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Há quanto tempo você trabalha no CEDI?.....	75
Gráfico 2 - Qual o seu nível de escolaridade.....	76
Gráfico 3 - O que você acha da navegação no SILEG para buscar proposições legislativas?	77
Gráfico 4 - Você tem observado aumento no volume de demandas relacionadas à temática da mulher?	77
Gráfico 5 - Em relação às buscas de proposição sobre a temática mulher, você considera que os resultados recuperados refletem todos os itens disponíveis? (revocação)	78
Gráfico 6 - Em relação às buscas de proposição sobre a temática mulher, os resultados que você recupera estão sempre de acordo com o que foi buscado? (precisão).....	79
Gráfico 7 - Com que frequência você consulta o TECAD, antes da realização da busca de proposições legislativas, para definir os termos da expressão de busca?.....	79
Gráfico 8 - Durante a sua consulta ao TECAD, você já teve alguma experiência de discordância ou questionamento em relação aos termos existentes no TECAD?.....	80
Gráfico 9 - Você possui conhecimento sobre a aba de sugestão de termos presente na página do TECAD? Já sugeriu algum termo?.....	80
Gráfico 10 - Na sua opinião, qual a relevância do TECAD na recuperação da informação?.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de avaliação da indexação.....	31
Quadro 2 – CEDI: missão e visão.....	33
Quadro 3 – Classes de tesouros.....	40
Quadro 4 – Funções e princípios do TECAD.....	43
Quadro 5 – Erros de escrita na indexação ou termo fora do contexto.....	70
Quadro 6 – Termos incluídos no TECAD x Termos utilizados.....	71
Quadro 7 – Sugestões dos pesquisadores para melhorar a recuperação de proposições legislativas.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CEDI	Centro de Documentação e Informação
CELEG	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
CI	Ciência da Informação
CORPI	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO	International Organization for Standardization
OC	Organização do conhecimento
OI	Organização da Informação
SETAP	Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação
SILEG	Sistema de Informações Legislativas

SOCs Sistemas de Organização do Conhecimento

SCIELO Scientific Eletronic Library Online

TECAD Tesouro da Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO... 18	
2.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	18
2.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
2.2.1	Objetivo geral.....	18
2.2.2	Objetivos específicos.....	19
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	19
3.1	Recuperação da informação.....	19
3.1.1	Proposições legislativas.....	24
3.1.2	Tratamento da informação.....	27
3.1.3	Avaliação da recuperação da informação.....	30
3.2	A Câmara dos Deputados e o Centro de Documentação e informação - CEDI.....	33
3.2.1	Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG).....	36
3.2.1.1	Tesaurus: breve histórico.....	37
3.2.1.2	Tesaurus: características.....	40
3.2.1.3	Tesouro da Câmara dos Deputados.....	43
3.2.1.2	SILEG.....	51
3.2.2	CORPI.....	56
3.3	Gênero, sexo e o ser mulher.....	58
3.3.1	Patriarcado.....	59
3.3.2	A luta feminista.....	61
3.3.3	Raça e gênero : interseccionalidade.....	62
3.3.4	Representação da mulher.....	64
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	67
5	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS OBTIDOS.....	71
5.1	Avaliação intrínseca qualitativa.....	71
5.2	Questionário: resultados.....	74
5.3	Discussão dos resultados.....	82
6	CONCLUSÃO.....	83
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	90
	APÊNDICE B - PROPOSIÇÕES REINDEXADAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

O Congresso Nacional é o órgão responsável por exercer o Poder Legislativo da União e é constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, os quais são, respectivamente, compostos por representantes do povo e dos estados. A Câmara dos Deputados tem o papel de representar o cidadão, votar as leis e fiscalizar o governo, dessa forma, a casa deve trabalhar em prol da sociedade de forma transparente, considerando a relevância do conhecimento produzido que é disseminado em todo o país por meio da legislação¹. O grande volume de informação legislativa demanda uma boa gestão documental, para isso foi criado o Centro de Documentação e Informação (CEDI). O CEDI é responsável por gerir a informação da casa e assegurar seu acesso tanto para a comunidade interna quanto externa, além de garantir a preservação da memória institucional.

Desde a sua criação em 1971, o CEDI passou por algumas alterações na estrutura administrativa, até se consolidar em 2013 com as oito coordenações que permanecem até hoje. Dentre elas, cabe mencionar as duas cujas atribuições estão diretamente relacionadas ao assunto dessa pesquisa: a Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG), responsável por definir e manter o padrão da linguagem documentária na Câmara dos Deputados; e a Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (CORPI) que se encarrega de prestar informações e realizar pesquisas especializadas que podem ser solicitadas por deputados, consultores, demais usuários da casa e também por instituições e cidadãos. Enquanto a CELEG é a coordenação que se encarrega de aspectos relacionados ao tratamento da informação, a CORPI é responsável pela sua busca e recuperação.

Nesse sentido, dois instrumentos gerenciados pela CELEG são especialmente fundamentais para a realização das demandas de pesquisas legislativas recebidas pela CORPI: O Sistema de informações Legislativas (SILEG) criado em 2001 para acompanhamento da tramitação das proposições; e o Tesouro da Câmara dos Deputados² (TECAD), vocabulário controlado de uso interno que é utilizado na indexação de proposições legislativas, documentos administrativos, discursos parlamentares e legislação federal, e que tem o objetivo de diminuir as ambiguidades e consequentemente facilitar o processo de recuperação da informação. O fato de o SILEG ser um sistema antigo impede sua integração

¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/papel-e-estrutural/>

² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/assessoria-de-imprensa/937793-tesouro-da-camara-e-incluido-no-servico-de-dados-abertos-da-casa/>

com o tesauro da casa, desse modo a indexação é realizada de forma manual sem que apareça uma lista pré selecionada dos termos permitidos, permitindo que o indexador possa digitar qualquer palavra sem nenhum tipo de controle. A falta de integração acaba por dificultar a padronização na indexação das informações legislativas, uma vez que o indexador precisa digitar os termos do tesauro durante sua indexação, o que pode abrir brechas para erros.

Visando assegurar a qualidade da indexação dos conteúdos informacionais da casa, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados instituiu a política de indexação através do Ato da Mesa nº 80/2013 com os seguintes objetivos:

- “I. Garantir a excelência da indexação de conteúdos informacionais, com vista à recuperação tempestiva de informações relevantes e pertinentes aos processos de trabalho da Câmara dos Deputados e às demandas dos cidadãos;
- II. Definir e implantar parâmetros corporativos de qualidade da indexação;
- III. Estabelecer práticas uniformes de indexação para os diferentes tipos documentais.”

(Brasil, 2013)

Ainda sobre o Ato, designa o TECAD como a linguagem documentária oficial da casa, o que significa que todo o conteúdo deve ser indexado apenas com os termos contidos no tesauro. No que diz respeito à integração com o sistema de proposições legislativas, a norma estabelece requisitos fundamentais para a implantação e aperfeiçoamento da política de indexação:

- I. Integração do Tesauro da Câmara dos Deputados a ferramenta de busca federada, com pelo menos as seguintes características e funcionalidades:
 - a. realização de busca relacionando automaticamente os argumentos de pesquisa aos termos constantes no Tesauro da Câmara dos Deputados;
 - b. mecanismo de controle de ocorrências de termos nas interfaces de indexação e busca, inclusive os presentes em taxonomias e folksonomias, com a finalidade de ensejar avaliações para futuras atualizações do Tesauro da Câmara dos Deputados.

(Brasil, 2013)

Mais de 10 anos após a publicação do Ato da Mesa nº 80/2013, o SILEG permanece em uso enquanto os servidores aguardam o desenvolvimento do novo sistema integrado ao TECAD. Como mencionado anteriormente, tal fato afeta diretamente o processo de trabalho

dos indexadores, podendo gerar ambiguidade. Como consequência disso, os pesquisadores da CORPI costumam enfrentar algumas dificuldades na recuperação dos conteúdos no SILEG, seja devido à falta de integração com o sistema ou às limitações do próprio tesouro no que diz respeito aos termos e as relações semânticas estabelecidas. Além disso, existem proposições mais antigas que foram indexadas com o vocabulário controlado anterior ao TECAD que não passaram por adequação, o que gera imprecisão nos resultados.

Paralelamente a isto, a discussão sobre equidade de gênero e direito das mulheres intensificou-se principalmente a partir das últimas décadas. No Brasil, a Lei nº 11.340 de 2006³, popularmente conhecida pelo nome de uma sobrevivente de violência doméstica, foi o ponto de partida para um olhar mais atento sobre essa parte da população. A história de Maria da Penha resultou em comoção nacional tornando-se um marco na conquista por direitos das mulheres no Brasil. Desde aquele momento até os dias atuais, as taxas alarmantes de casos de feminicídio indicam que o cenário tem se agravado. Com as páginas de jornais repletas de casos de violência contra a mulher, a temática feminina tornou-se pauta recorrente, calar-se não é mais uma opção.

Neste sentido, houveram várias iniciativas que buscaram acompanhar o progresso, como a Resolução nº 31/2013 da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a criação da Secretaria da Mulher, da Procuradoria da Mulher e da Coordenadoria dos Direitos da Mulher.⁴ Além disso, em 2022 constatou-se um aumento de 18% na composição da bancada feminina da Câmara dos Deputados em relação às eleições anteriores⁵, o que pode estar diretamente ligado ao aumento de proposições legislativas acerca da temática feminina que atualmente totaliza 1830 em tramitação.⁶

Com isso, a CORPI tem percebido o aumento nas demandas relacionadas à mulher, o que evidenciou algumas dificuldades na recuperação da informação legislativa no SILEG. Na hora de realizar a busca, os pesquisadores identificaram que os resultados são incompletos, não recuperando a totalidade de proposições existentes na temática analisada. Tal fato aliado à não integração do tesouro com o SILEG resultou no propósito de avaliar a qualidade da recuperação da informação para identificar objetivamente quais os fatores influenciam.

³ **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**

⁴ Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.leg.br)

⁵ Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>

⁶ Disponível em: [Propostas legislativas sobre a mulher - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.leg.br)

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Diante do aumento progressivo da discussão sobre equidade de gênero e direito das mulheres, ocorrido principalmente a partir das últimas décadas, o tema tem atraído bastante visibilidade e interesse. Esse contexto, somado à experiência adquirida pela autora durante o período de estágio na área da pesquisa na instituição, corroborou para a escolha da temática. Logo, a pesquisa justifica-se pelo crescente avanço da conscientização sobre a equidade de gênero, assim como pela relevância da indexação na recuperação da informação, especialmente no contexto da Câmara dos Deputados. Tais fenômenos demandam constante atualização nos estudos acerca da representação da informação no âmbito da biblioteconomia, visto que, estes, apresentam impacto direto na qualidade da recuperação da informação solicitada.

Nesse sentido, o grande volume de solicitações de pesquisa legislativa nesta temática levou à identificação de que o SILEG é a ferramenta utilizada na busca de proposições legislativas, mas esta não está integrada com o TECAD. Isso dificulta a atuação dos pesquisadores, que devem montar uma estratégia de busca exaustiva a fim de garantir a recuperação de todos os itens disponíveis na temática. Em vista disso, pretende-se responder à seguinte questão: Como melhorar a recuperação das proposições legislativas na temática da mulher no Sistema de Informações Legislativas?

Diante da relevância do exposto, a pesquisa poderá contribuir para a otimização do trabalho nas buscas de proposições legislativas acerca da temática da mulher, que tem representado um número expressivo nas demandas recebidas pela Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação.

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2.1 Objetivo geral

Avaliar a recuperação da informação sobre a temática mulher no Sistema de Informações Legislativas (SILEG) da Câmara dos Deputados e propor melhorias.

2.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar a indexação de proposições legislativas;
- Identificar as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores da CORPI na recuperação de proposições legislativas referentes à temática mulher;
- Propor estratégias e soluções para otimizar o processo de tratamento e recuperação de proposições legislativas no SILEG.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Recuperação da informação

A Ciência da Informação (CI) é uma área de conhecimento frequentemente caracterizada pela multidisciplinaridade. Dentre os vários campos de atuação da CI, a Organização do Conhecimento (OC) engloba a “sistematização e organização do conhecimento com a finalidade de recuperação da informação” (Nascimento; Pinto, 2020, p. 107). Para que seja possível a compreensão do conceito da O.C, presume-se a necessidade do esclarecimento acerca do significado do objeto a ser organizado, neste caso, o conhecimento.

Para Carlan (2010) o conhecimento está em constante crescimento, sendo caracterizado pelo caráter dinâmico e de acumulação. Neste contexto, a autora afirma que, “quando se adquire conhecimento relaciona-se com algo já existente, e sobre o qual somos capazes de raciocinar e chegar a conclusões” (Carlan, 2010, p. 24). De acordo com essa perspectiva, o conhecimento parte do entendimento sobre objetos que nos cercam a partir da

identificação de características e comparação com outros objetos previamente conhecidos. Esse ato é descrito pela autora como um processo cognitivo desenvolvido por instinto.

De acordo com a definição do *Oxford Languages* o conhecimento refere-se ao “ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência”, o que sintetiza bem os conceitos atribuídos pelas autoras acima citadas. Entretanto, embora o termo seja frequentemente associado a algo obtido através da experiência, compreende-se que esta não é a única via possível para alcançá-lo, podendo-se utilizar de outros recursos que não a experimentação.

A partir da concepção do que é conhecimento e como adquiri-lo, depara-se com o que Carlan (2010) descreve como processo classificatório do objeto, o que posteriormente resultaria em grande demanda para a sistematização desse conhecimento. A capacidade de ordenação é julgada por muitos autores como inerente ao ser humano, nessa perspectiva, os próprios processos mentais levaram à sistematização da vida cotidiana. A existência de registros da era paleolítica demonstra a vontade de perpetuar seus conhecimentos, ritos e cotidiano através de desenhos e grafismos nas paredes das cavernas. Tal habilidade transformou-se em classificação consciente tamanha demanda causada pela constante evolução e aprimoramento do ser humano (Currás, 2010).

A invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg, no século XV, teve grande impacto na disseminação do conhecimento em razão da possibilidade de ampla produção e disseminação de livros e documentos, o que facilitou a circulação do conhecimento escrito, tornando mais acessível para quem estivesse fora das academias e das discussões entre grandes filósofos. Esse evento resultou em uma crescente demanda para organização do grande volume de documentos produzidos (Burke, 2003).

Neste ponto, a Organização da Informação e a Organização do Conhecimento, ambos campos da C.I, apresentam problemas terminológicos que afetam a delimitação conceitual, ocasionando conflitos e falta de clareza. Frequentemente, utiliza-se a sigla OI para discorrer sobre assuntos relacionados às práticas da OC, e vice-versa. A ambiguidade na aplicação dos termos revela a confusão na diferenciação entre conhecimento e informação (Brascher; Café, 2010).

Burke (2003) utiliza-se de uma analogia culinária para distinguir as duas expressões. Para ele a informação pode ser entendida como o alimento cru, isto é, antes de ser preparado, diferente do conhecimento que é caracterizado por ele como o alimento cozido, que passou por um preparo, ou neste caso, pelo processo de sistematização do pensamento.

Embora não sejam sinônimos, os dois termos possuem relação entre si. De acordo com Fogl (1979, apud Brascher; Café, 2010, p. 3) a informação é composta por três elementos:

- 1) Conhecimento: conteúdo presente na informação
- 2) Linguagem: Instrumento utilizado para expressão da informação
- 3) Suporte: objeto material utilizado como veículo para a informação

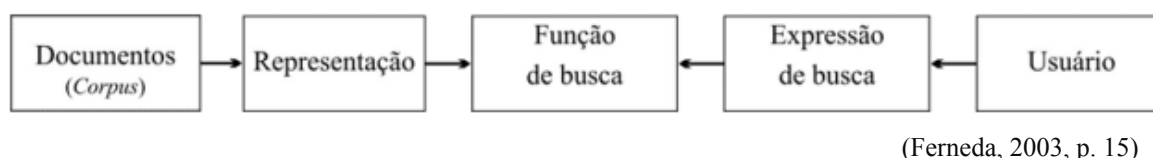
Em vista dos conceitos acima descritos, compreende-se a Organização da Informação como um processo que envolve tanto a representação descritiva como a representação temática e de conteúdo dos objetos, resultando na representação da informação, que visa criar uma sistematização entre os objetos informacionais para fins de recuperação⁷. Diversos modelos de representação da informação podem ser encontrados em bibliotecas, museus e arquivos, assim como em outras instituições dedicadas à preservação e disseminação da informação. Nesses ambientes, conjuntos de regras são utilizados para garantia da padronização na descrição bibliográfica (Brascher; Café, 2010). Portanto, o conhecimento é a fonte de origem da informação, não existindo a segunda sem o primeiro. Nesse sentido, enquanto o conhecimento está presente na consciência humana, sendo resultado da cognição, a informação requer a presença de um suporte e de uma linguagem para que exerça sua função social (Fogl, 1979, apud Brascher; Café, 2010).

No que diz respeito à recuperação da informação e à origem do termo, parece haver consenso entre os autores, que apontam como responsável pelo surgimento o cientista da computação Calvin Moores. O fato aconteceu em 1951 durante uma conferência internacional sobre tecnologia, quando a temática ganhou mais repercussão com o surgimento dos primeiros computadores digitais, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial (Ferneda, 2003). De acordo com Silva Nascimento (2023) apesar de o surgimento do termo ser relacionado à computação, a preocupação com a recuperação da informação é anterior e já era de grande interesse para os profissionais de biblioteconomia. Neste contexto, compreende-se a conexão da Ciência da Informação (CI) com a Ciência da Computação (CC), pois ambas lidam com a informação mesmo que de modos distintos. Enquanto a CC trata de algoritmos, a CI trata da natureza da informação, tornando-as complementares 100 (Saracevic, 1996).

⁷ Contudo, é importante destacar que alguns autores como Nascimento (2022) argumentam que a descrição do conteúdo faz parte da organização do conhecimento.

Conforme mencionado por Moreno (2006, p. 96), a representação temática está diretamente ligada à recuperação da informação que é definida como “pesquisas por assunto, usando algoritmos em bases de testes controladas e vale-se de medidas como precisão, revocação e o mais tangível, a relevância”. Para Fernalda (2003) o termo recuperação da informação corresponde à identificação de quais documentos suprem a necessidade informacional do usuário, isto é, não se trata de localizar dados e documentos mas sim de recuperar a informação contida neles que correspondem à demanda. O autor destaca ainda que esse processo depende da expressão de busca utilizada pelo usuário, que acaba sendo responsabilizado pelo resultado da busca. Conforme mostra a Figura 1, considera-se as seguintes etapas do processo de recuperação da informação:

Figura 1 - Representação do processo de recuperação da informação



No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a representação da informação é realizada através dos processos de catalogação, indexação e classificação em um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) que pode ser caracterizado como “um conjunto de operações consecutivas executadas para localizar, dentro da totalidade de informações disponíveis, aquelas realmente relevantes” (Cesarino, 1985, p. 157).

Salton e McGill (1983, p. xi apud Lima; Campos, 2022) caracterizam um SRI como: “um sistema que trata da representação, do armazenamento, da organização e do acesso aos itens de informação”. Nesse sentido, os autores também argumentam sobre a possibilidade de tratar tanto de acervos físicos como dos digitais, sempre com vistas às necessidades informacionais dos usuários. Nos SRI’s a representação da informação realizada através da indexação por especialistas resultam em termos que servirão como ponto de acesso para posterior busca. Conforme afirma Reis (2019, p. 38) “a eficiência de um algoritmo preditivo de um sistema de recuperação de informação está diretamente ligada ao modelo que ele utiliza”.

Além do tratamento adequado, outras variáveis impactam diretamente na recuperação da informação, como os tipos de estratégia de busca utilizados. Os principais modelos utilizados em estratégias para recuperação da informação são os clássicos: booleano, vetorial e probabilístico. Dentre os diversos modelos existentes, apenas o modelo booleano será abordado com maior detalhamento, considerando sua ampla aplicação, inclusive nos sistemas da Câmara dos Deputados, como mostra a Figura 2:

Figura 2 - Expressão de busca no SILEG

Exemplos de Expressão	Registros Retornados
Icms	Retorna os registros que contenham a palavra ICMS
Icms Brasília	Retorna os registros que contenham as palavras ICMS e Brasília , independente da posição que apareçam no texto pesquisado..
Icms and not Brasília	Retorna os registros que contenham a palavras ICMS e não contenha a palavra Brasília .
"São Paulo"	Retorna os registros que contenham a palavras São Paulo juntas.
"São Paulo" Brasília	Retorna os registros que contenham a expressão São Paulo mais a palavra Brasília .
Criminalidade OR infância	Retorna os registros que contenham uma ou as duas palavras.
"Requer*"	Retorna todos os registros que iniciem com a palavra Requer . Obs: caso você não coloque as aspas, serão retornados os registros que contenham requer* em qualquer parte do texto.
Previdência ~ Pública	Retorna todos os registros que tenham a palavra pública próxima e após a palavra previdência .
Alteração AND "estatuto do idoso"	Retorna todos os registros que alterem o estatuto do idoso.
Dicas para pesquisa textual:	• O Sistema não considera acentuação; • As normas são indexadas por siglas. Utilize-as, quando for o caso. Ex: CLT, LDB; • Para excluir termos do resultado da pesquisa, clique na opção 'Pesquisa Textual' com o botão direito do mouse e selecione "Duplicar". Em seguida, clique na opção duplicada com o botão direito do mouse e selecione 'NOT', colocando o termo que deseja excluir no campo de pesquisa.

Fonte: Sistema de Informações Legislativas

O modelo booleano consiste na aplicação dos operadores AND (E), OR (OU), e NOT (NÃO) de forma a obter a relevância a partir da expressão lógica da busca. Isto é, para cada busca realizada, todos os documentos cuja expressão satisfizer a lógica da busca serão recuperados. Dentre os pontos positivos sobre o modelo booleano estão principalmente a

facilidade e o controle dado ao usuário na hora da pesquisa. Sobre as desvantagens são mencionadas a falta de controle acerca do ranqueamento dos resultados e a exigência de conhecimento acerca da lógica de Boole. A rigidez nos resultados também é um ponto negativo do modelo, uma vez que a seleção de documentos da forma binária somente compreende os resultados como RELEVANTE ou NÃO RELEVANTE, impossibilitando outros tipos de ordenação (Reis, 2019).

3.1.1 Informação legislativa

Com o advento da Lei de Acesso à informação, o volume de demandas por transparência aumentou, possibilitando um processo de auto alimentação no qual quanto maior a quantidade de informação disponibilizada, maior a demanda por essas informações. Com a mudança de paradigma proporcionada pela lei, a informação legislativa que antes se restringia ao apoio interno ao processo legislativo e à instituição, passou a atuar também na sociedade como uma ferramenta para a participação popular na política. Nesse sentido, considera-se a informação legislativa como um dos pressupostos para o completo exercício da cidadania. (Brambilla, 2015)

3.1.1 Proposições legislativas

O processo legislativo⁸ pode ser definido como um conjunto de atos do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) pelo qual são elaboradas as normas jurídicas que compõem a legislação brasileira. Este processo contempla desde as etapas de elaboração do documento até o momento do sancionamento pelo presidente da República, se for o caso. De acordo com Art. 100 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, “proposição é toda matéria sujeita a deliberação da Câmara” (Brasil, 2023, p. 67). No contexto da CORPI, as buscas no SILEG são realizadas, em sua maioria, pelas principais proposições legislativas:

⁸ [Entenda o processo legislativo - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo)

PL - Projeto de Lei

PDC - Projeto de Decreto Legislativo

PLP - Projeto de Lei Complementar

PRC - Projeto de Resolução

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PLV - Projeto de Lei de Conversão

MPV - Medida Provisória

O Sistema de Informações Legislativas continua sendo o principal sistema para registro da informação legislativa da Câmara dos Deputados. Atualmente com foco na tramitação das proposições, o SILEG beneficia o cidadão com informações acerca do processo legislativo, isso porque, todas as informações relacionadas à tramitação das proposições no Portal da Câmara na internet, derivam do SILEG. Em conformidade com a Lei nº 12.527⁹ (Lei de Acesso à informação) que propõe a gestão transparente da informação, o órgão legislativo proporciona ao cidadão o acompanhamento da tramitação de proposições através do Portal da Câmara, como mostra a Figura 3:

Figura 3 - Pesquisa de proposições legislativas no Portal da Câmara

⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Outras pesquisas ▾

Avançada

Prontas

Minhas proposições

Como pesquisar

Medidas

Provisórias em tramitação

Urgência

Constitucional (art. 64 CF)

Propostas de 1869 a 1947

Pesquisa simplificada

Informe pelo menos um dos argumentos de pesquisa abaixo:

Assunto

Tipo da Proposição

Tipos mais pesquisados (Selecionar todos, Limpar seleção)

☐ PEC - Proposta de Emenda à Constituição
 ☐ PLP - Projeto de Lei Complementar
 ☐ PL - Projeto de Lei
 ☐ MPV - Medida Provisória
 ☐ PLV - Projeto de Lei de Conversão
 ☐ PDC - Projeto de Decreto Legislativo
 ☐ PRC - Projeto de Resolução
 ☐ REQ - Requerimento
 ☐ RIC - Requerimento de Informação
 ☐ RCP - Requerimento de Instituição de CPI
 ☐ MSC - Mensagem
 ☐ INC - Indicação

Outros Tipos (Selecionar todos, Limpar seleção)

☐ ADD - Adendo
 ☐ AJECN - Ajuste de Emenda Orçamentária (CN)
 ☐ ANEXO - Anexo
 ☐ APJ - Anteprojeto
 ☐ ATACN - Ata (CN)

Número

Ano

Formato 9999. A partir de 1946.

Autor

Em tramitação

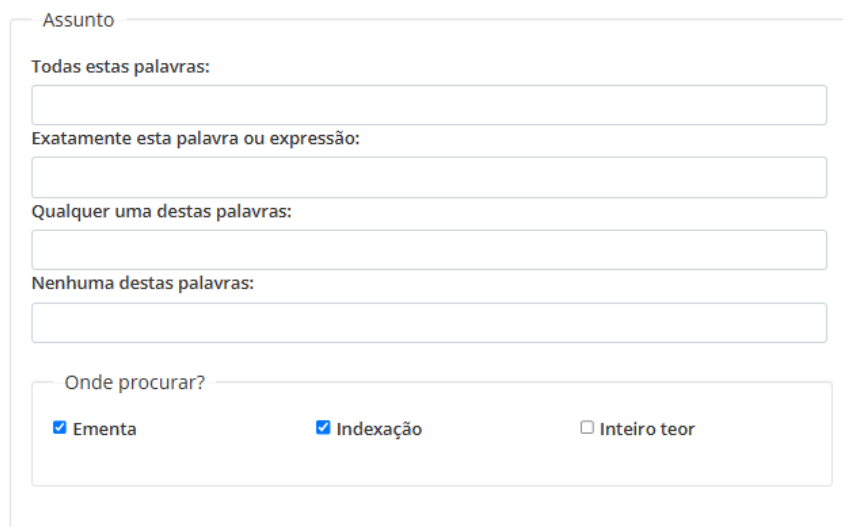
☒ Todas
 ☐ Sim
 ☐ Não

PESQUISAR

LIMPAR

Fonte: Portal da Câmara

Os usuários podem realizar buscas simples a partir dos critérios pré estabelecidos como *tipo de proposição*, *ano*, *número* e *assunto*. Além disso, o Portal também disponibiliza a busca avançada para refinamento e maior precisão. Esse tipo de busca traz mais possibilidades de filtros de busca através de informações sobre o relator, o autor e por assunto, como apresenta a Figura 4:

Figura 4 - Busca avançada por assunto no Portal da Câmara


Assunto

Todas estas palavras:

Exatamente esta palavra ou expressão:

Qualquer uma destas palavras:

Nenhuma destas palavras:

Onde procurar?

☒ Ementa ☒ Indexação ☐ Inteiro teor

Fonte: Portal da Câmara

Todas as informações acerca de proposições contidas no Portal da Câmara derivam do SILEG, sistema onde ocorre a indexação das mesmas. Nesse sentido, para que seja possível o acompanhamento da tramitação das proposições legislativas no Portal da Câmara e garantir que os cidadãos possam exercer sua cidadania plena, tais conteúdos devem passar por processamento técnico a fim de facilitar o armazenamento e a recuperação, tanto pelos usuários externos quanto pelos internos.

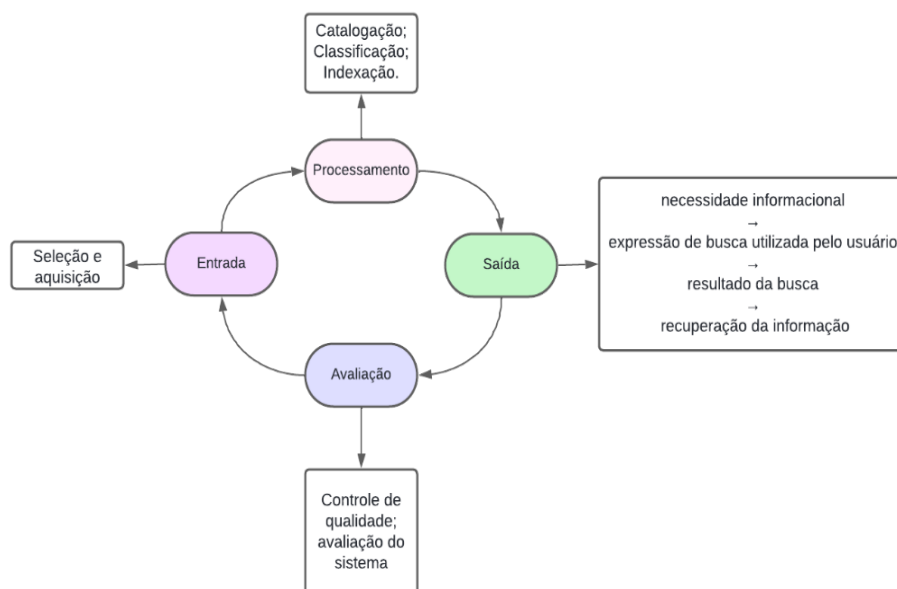
3.1.2 Tratamento da informação

No período entre as guerras, as grandes potências mundiais depararam-se com a importância da preservação dos documentos. Logo depois, essa ideia foi substituída pelo entendimento de que o mais importante era o conhecimento proveniente do conteúdo do documento, o qual servia apenas como um meio para acessar o verdadeiro ouro. Surgiu então a necessidade de separar o objeto de seu conteúdo, o que, acelerado após o fim da segunda guerra, repercutiu como um grande progresso nas áreas da Ciência da Informação e Documentação. As classificações por assunto já existiam, mas sua rigidez impossibilitava a inserção de todas as inovações e descobertas diárias. Neste contexto surgiu a ideia de extrair o conteúdo do documento e representá-lo por meio de palavras ou termos que posteriormente passariam por ordenação. A partir da junção de termos sobre determinado assunto percebeu-se a inconsciente criação de um vocabulário controlado composto por uma

linguagem especializada, isto é, a tradução da linguagem natural para estruturada (Currás, 1995).

Nesse contexto, espera-se que um Sistema de Recuperação da Informação tradicional seja capaz de representar o conteúdo dos documentos de modo a permitir que o usuário faça uma seleção rápida e eficaz que satisfaça sua necessidade informacional através da expressão de busca realizada. Para isso, são consideradas quatro etapas principais desde a entrada do documento no sistema até a avaliação da funcionalidade de recuperação, conforme ilustra a Figura 5 a seguir:

Figura 5 - Funcionamento de um Sistema de Recuperação da informação



Fonte: Elaborado pela autora com base em Cesarino (1985, p. 161) e Lima; Campos (2022, p. 5).

A entrada corresponde ao resultado dos processos de seleção e aquisição, nos quais os documentos são analisados e escolhidos para integrar o sistema. A segunda etapa diz respeito ao tratamento da informação, isto é, como ela é processada através da catalogação, classificação e indexação. O processo de catalogação ou representação bibliográfica, é definido por Mey e Silveira (2009 p. 7) “como um conjunto de informações que simboliza um registro do conhecimento”. Esses registros bibliográficos constituem a ficha catalográfica, que dispõe de informações sobre autoria, título, editora e local de publicação, funcionando quase como uma identidade do documento. O processo de classificação por sua vez é

caracterizado como um conjunto de conceitos organizados de forma sistemática conforme os critérios selecionados. No âmbito da Biblioteconomia os conceitos são dispostos em classes de assunto distribuídas através de características comuns (Tristão et al. 2004, p. 113-114). Por fim, Lima (2006) descreve a indexação como um processo intelectual com a finalidade de, a partir de análise conceitual acerca do documento e da temática, realizar a tradução para os termos permitidos no vocabulário controlado ou linguagem documentária utilizada.

Uma vez que os documentos entram no sistema e são representados de forma a facilitar a sua recuperação, a terceira fase refere-se à saída, a partir da manifestação de uma necessidade informacional. Neste ponto, o usuário deve exprimir sua questão através da expressão de busca, utilizando termos autorizados pelo sistema. Devido à subjetividade desse processo, o usuário costumava ser responsabilizado pela qualidade da recuperação informacional. Até que, em meados dos anos 70, surgiu um movimento cuja abordagem consiste no foco ao usuário, a partir da perspectiva do expressivo impacto da relação entre o usuário e o sistema. Com isso, o usuário passa a representar uma variável fundamental para a própria recuperação da informação (Ferneda, 2003). Por fim, a etapa de avaliação é relativa ao controle de qualidade, bem como a avaliação do sistema, tema abordado no próximo capítulo de forma mais detalhada (Cesarino, 1985, p. 161 apud Lima; Campos, 2022, p. 5).

Com base no exposto, destaca-se a conexão direta entre a qualidade da recuperação da informação nos sistemas com o tratamento dado durante o processamento do documento, com base nisso, Cesarino (1985, p. 157) destaca dois aspectos fundamentais para assegurar a qualidade de um SRI: a qualidade da indexação e a eficácia na comunicação entre o sistema e o usuário. Barité (2015, p. 87 apud Garcia, 2019, p. 36) entende a indexação como um “processo de descrição e representação do conteúdo temático de um documento, através de um número limitado de termos obtidos diretamente do texto dos documentos (palavras-chave) ou vocabulários controlados (descritores ou cabeçalhos de assunto)”. Ainda de acordo com o autor, a escolha dos termos é fundamental para a qualidade da recuperação da informação.

No que diz respeito à qualidade da indexação, a análise conceitual dos termos empregados constitui-se como etapa fundamental para obter um bom resultado na hora da busca. No que diz respeito à comunicação entre o sistema e o usuário, o autor afirma que as diferenças entre a linguagem controlada¹⁰ e a linguagem do usuário¹¹ são inversamente

¹⁰ Entende-se por linguagem controlada toda linguagem padronizada utilizada para diminuir as ambiguidades na indexação.

¹¹ A linguagem do usuário refere-se à linguagem natural, isto é, os termos escolhidos pelo usuário de forma espontânea para descrever um assunto.

proporcionais à qualidade na recuperação, isto é, quanto maior o ruído na comunicação, maior a chance de falha na saída. As linguagens controladas são utilizadas com vistas à padronização da indexação, atuando também na diminuição da ambiguidade. Com base no exposto, compreende-se a importância das metodologias aplicadas à avaliação desses sistemas para entendimento das variáveis relacionadas ao processo de recuperação da informação.

3.1.3 Avaliação da recuperação da informação

Baseando-se na função principal de um SRI que é satisfazer a necessidade de informação do usuário e, também, considerando que a interação usuário-sistema esteja diretamente ligada ao sucesso do sistema, deve-se observar quais são as variáveis que impactam na satisfação da necessidade do usuário através da recuperação da informação. Embora existam diversas metodologias com diferentes enfoques que podem ser aplicadas para avaliar a qualidade dos conteúdos recuperados, a indexação se destaca por estar diretamente relacionada aos resultados obtidos na recuperação da informação.

Fujita e Gil-Leiva (2014) destacam dois quesitos que podem ser utilizados como critério para análise da qualidade da indexação. A exaustividade, que corresponde à abrangência dos termos atribuídos para a representação do conteúdo, e a especificidade que é determinada a partir do quão específicos são os termos utilizados na indexação de determinado documento. Ambos os quesitos devem estar em equilíbrio a fim de garantir uma melhor qualidade da indexação, o que, posteriormente, facilitará a recuperação destes conteúdos. Esses indicadores devem estar presentes na política de indexação, uma vez que, são indicadores da avaliação da indexação que influenciam diretamente em dois outros aspectos relevantes na recuperação da informação. De acordo com Lancaster (2004, p. 4) a revocação consiste na “capacidade de recuperar documentos úteis”, enquanto a precisão pode ser definida como “a capacidade de evitar documentos inúteis”. Existe uma interdependência entre os indicadores citados, uma vez que, quanto mais abrangente for a indexação, maior a taxa de revocação na recuperação. Da mesma forma que, quanto mais específicos forem os termos atribuídos, maior a taxa de precisão. Nesse sentido, os melhores resultados são obtidos quando se tem um equilíbrio entre esses indicadores.

As linguagens de indexação também desempenham papel fundamental quando se trata da avaliação da indexação, por isso devem ser constantemente atualizadas para garantir a

compatibilidade com as necessidades do usuário, bem como assegurar os níveis de exaustividade e especificidade. Dentre as falhas mais comuns observadas no processo de representação do conteúdo que podem prejudicar a recuperação destes, está a imprecisão do indexador durante a análise conceitual ou durante a conversão dos conceitos extraídos em termos de indexação. Tais falhas podem causar omissão de termos importantes, bem como a adição de termos irrelevantes, dificultando a recuperação de conteúdos relevantes.

Embora os primeiros estudos acerca da avaliação da indexação datam de 1950, ainda hoje muitas unidades de informação não possuem o hábito de estimar a qualidade da recuperação informacional mediante a indexação. Dentre os principais motivos para que ocorra a indexação deficitária estão a falta de pessoal, sobrecarga de trabalho ou incompreensão acerca da importância de tais procedimentos.

A avaliação da indexação pode ser realizada antes ou depois do ingresso dos documentos na base de dados. Considerando que o foco deste trabalho está nos processos que ocorrem na Câmara dos Deputados, onde os documentos já se encontram nas bases de dados, a avaliação escolhida foi aquela que analisa a qualidade da indexação dos documentos já armazenados. Nesse sentido, são citadas por Gil-Leiva (2008, p. 385) apud Fujita e Gil-Leiva (2014) os seguintes procedimentos de avaliação:

Quadro 1 - Tipos de avaliação da indexação

Tipo de avaliação	características	Etapas
Avaliação intrínseca qualitativa	Análise de elementos como exaustividade e especificidade através da reindexação dos registros por especialistas e comparação com a indexação original	1- Seleciona-se um número significativo de registros do catálogo; 2- Realiza-se a reindexação dos documentos selecionados pelos especialistas; 3- Comparação entre a indexação original e a indexação dos especialistas
Avaliação intrínseca quantitativa	Através da realização da indexação de um conjunto de documentos já indexados com o mesmo contexto (indexadores, política de	1- Registros já indexados são indexados novamente pelo mesmo profissional; 2- Utiliza-se uma fórmula

	indexação, linguagem de indexação etc...)	matemática para medir a consistência entre as duas indexações.
Avaliação extrínseca mediante a recuperação	Comparação entre a indexação de dois indexadores do mesmo sistema para verificar a consistência entre eles.	1- Construção de duas bases de dados com, no mínimo, 100 registros; 2- Atribuição da relevância temática para cada um dos registros; 3- Criação de consultas com base nos parâmetros do sistema, como "metadados AND arquivística"; 4- Cálculo dos índices de precisão e revocação; 5- Cálculo das médias de exaustividade e precisão para cada base de dados. A base com maiores índices será considerada a mais bem indexada.

(Gil-Leiva, 2008, p. 385)

Nesse sentido, após análise detalhada dos procedimentos acima, a avaliação intrínseca qualitativa foi escolhida para avaliação da indexação das proposições legislativas no âmbito da Câmara dos Deputados. Os critérios para a escolha da metodologia foram baseados na compatibilidade entre o ambiente a ser analisado e a viabilidade de aplicar o tipo de avaliação proposto. A avaliação extrínseca mediante a recuperação, embora voltada para a perspectiva da recuperação dos conteúdos, que é o foco da presente pesquisa, é indicada para efeitos de comparação entre dois indexadores do mesmo sistema de informação, a fim de descobrir a intraconsistência da indexação realizada. Isto, além de fugir do escopo da pesquisa, também requer muito esforço, sendo considerada um dos métodos mais caros e demorados para ser realizado. A avaliação intrínseca quantitativa foi descartada pela incompatibilidade com os objetivos definidos, uma vez que está relacionada a aspectos quantitativos, contrário à abordagem quanti qualitativa na qual a pesquisa está sendo realizada.

3.2 A Câmara dos Deputados e o Centro de Documentação e informação - CEDI

A Câmara dos Deputados foi criada, juntamente com o Senado, pela Constituição Federal de 1824 outorgada por D. Pedro I. A casa teve sua sessão de abertura no dia 6 de maio de 1826, data da primeira Assembleia Geral Legislativa¹². De acordo com a bibliografia, a história do arquivo e da biblioteca da Câmara surge até um pouco antes, em meados de 1822. Tal fato deve-se a uma ordem expedida por um secretário e ministro à época, que determinava a criação de um espaço destinado aos trabalhos legislativos. Dentre os serviços realizados por estes, temos o manuseio e a guarda de documentos e suporte informacional para os deputados, além da disponibilização de documentos relativos a leis em vigor. Após passar por vários endereços, nomenclaturas e mudanças organizacionais, a biblioteca e o arquivo foram deslocados para Brasília quando ocorreu a transferência da capital, em 1960.

A nova sede em Brasília atuava há pouco mais de 10 anos quando o deputado Luiz Braga apresentou o projeto que deu origem à Resolução n. 20 de 30 de novembro de 1971, que dispõe sobre a criação do Centro de Documentação e Informação (CEDI). Sob a justificativa de despreparo frente ao progressivo avanço tecnológico, o deputado defendeu a modernização dos serviços como condição para cumprimento satisfatório das atividades realizadas na casa legislativa. Em relação ao exposto por Braga no anteprojeto, cabe destaque a seguinte passagem:

Acreditamos que este órgão, estruturado harmonicamente para receber, originar e transmitir subsídios necessários à elaboração dos trabalhos desta casa, terá papel de destaque no atendimento dos objetivos de eficiência legislativa e administrativa (Brasil, 1971)

Um pouco mais adiante no texto, o autor do projeto discute a necessidade de um sistema de automação de dados para unificar o setor, embora o documento não mencione nenhum sistema específico.

Em 11 de novembro de 1971 foi aprovado o anteprojeto, dando origem a criação do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), estruturado por meio de sete setores:

¹² São reuniões entre as duas casas do poder legislativo, Câmara dos Deputados e Senado.

- Serviço de Administração;
- Seção de Informática;
- Divisão de arquivo;
- Divisão de biblioteca;
- Divisão de Estudos Legislativos;
- Divisão de Publicações;
- Serviço Técnico Auxiliar

Dois anos depois, no dia 7 de junho de 1973, foi aprovada a Resolução n. 39 que mudou a denominação “divisão” para “coordenação”, o que se mantém até a atualidade. A mudança ocorreu somente no nome, mantendo a mesma estruturação. Posteriormente algumas alterações foram feitas até que o Ato da Mesa nº 125, de 19 de dezembro de 2013, que dispunha sobre a estrutura administrativa do CEDI, implementou as coordenações que seguem até o presente momento:

- CELEG - Coordenação de Organização da Informação Legislativa
- COARQ - Coordenação de Arquivo
- COBEC - Coordenação de Preservação de Conteúdos internacionais
- COBIB - Coordenação de Biblioteca
- COEDI - Coordenação Edições Câmara
- CORPI - Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e informação
- NUGEO - Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
- NUTEC - Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais

O Centro de Documentação e Informação foi criado no contexto da tomada de consciência sobre a importância da informação, especialmente no que diz respeito a uma instituição com tanta relevância para o país como a Câmara dos Deputados. Neto (2016) destaca o papel da informação como estratégia para consolidação da independência do Brasil, afinal, nada mais poderoso do que um povo que conhece a sua história.

Tendo em vista o papel do CEDI no gerenciamento de informação e do conhecimento, bem como na preservação da história, explicitado na tabela 1:

Quadro 2 - CEDI: missão e visão

MISSÃO	VISÃO
“Coordenar a gestão da informação na Câmara dos Deputados, garantindo qualidade e acesso à informação”	“Dotar a Câmara dos Deputados de uma nova governança da informação voltada para o contexto digital”

Fonte:CamaraNet

Desde a criação do CEDI, em 1971, a atividade de controle e padronização terminológica utilizada na Câmara dos Deputados tornou-se atribuição deste, assim como, o tratamento e recuperação da informação. A partir de então, diversas iniciativas foram feitas para incentivo da padronização do vocabulário para indexação e recuperação de documentos. Em 15 de outubro de 2004, a Portaria n. 120 determinou a criação de um grupo de trabalho para “[...] estudar e propor ações relacionadas à elaboração de glossário de termos legislativos e orçamentários e à construção do Tesauro da Câmara dos Deputados”. Para cumprimento da ordem, foram designados 12 servidores de diferentes áreas da instituição para as seguintes atribuições:

- a) apresentar, dentro de 30 dias, glossário, em português, de termos legislativos e orçamentários para ser veiculado no sítio da Câmara dos Deputados;
- b) providenciar a tradução do glossário para os idiomas inglês e espanhol;
- c) identificar as unidades de indexação e as que elaboram resumo na Casa, bem como os pontos comuns dessas áreas, duplicidade de trabalhos, suas necessidades e metodologia a ser utilizada;
- d) levantar os termos utilizados em cada unidade de indexação e avaliar a sua adequação para inclusão no Tesauro da Câmara;

- e) fixar as diretrizes gerais e específicas para indexação na Câmara dos Deputados e elaborar manual comum de indexação que contemple as especificidades de cada unidade;
- f) padronizar a linguagem documentária na Câmara dos Deputados, para a sua aplicação em sistema integrado de base de dados.

3.2.1 Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG)

Dentro do CEDI, a Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG) é o setor responsável pelo estabelecimento de padrões para a linguagem documentária da casa. Além disso, a coordenação atua no gerenciamento de alguns sistemas da Câmara, como o responsável pela tramitação das proposições legislativas, denominado Sistema de Informações Legislativas (SILEG).

Assim como as outras coordenações, o CELEG também é subdividido em seções. Neste trabalho cabe destaque a duas delas. A SETIL (Serviço de Tratamento da Informação Legislativa), responsável pela supervisão dos processos de tratamento de dados e informações referentes às proposições legislativas, à legislação brasileira e à legislação interna; pelo acompanhamento e consolidação das informações de projetos e produtos desenvolvidos na Celeg relacionados ao tratamento da informação legislativa; e pelo assessoramento e acompanhamento das atividades administrativas. A indexação das proposições também é realizada pela SETIL.

Outra seção relevante para os temas compreendidos pela presente pesquisa é a Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação (SETAP), por ser a responsável pelo desenvolvimento e gestão do instrumento utilizado na indexação da casa, o Tesouro da Câmara dos Deputados (TECAD). A SETAP foi criada a partir da reestruturação do CEDI, em 2013, mais uma vez sob a justificativa de adequação à nova realidade na gestão informacional, o que demanda a inclusão de novas responsabilidades e o aprimoramento de competências. Neste contexto, foram atribuídas as seguintes funções à seção:

- a) desenvolver e gerenciar as linguagens documentárias e taxonomias corporativas utilizadas nos sistemas de informação da Câmara dos Deputados;

- b) subsidiar as definições de metadados para representação temática dos conteúdos informacionais;
- c) supervisionar a implantação da política de indexação;
- d) colaborar com a manutenção do modelo de arquitetura de informação da Câmara dos Deputados;
- e) supervisionar as atividades relacionadas à indexação realizada na Câmara dos Deputados.

Outra seção relevante para os temas compreendidos pela presente pesquisa é a SETIL (Serviço de Tratamento da Informação Legislativa), responsável pela supervisão dos processos de tratamento de dados e informações referentes às proposições legislativas, à legislação brasileira e à legislação interna; pelo acompanhamento e consolidação das informações de projetos e produtos desenvolvidos na Celeg relacionados ao tratamento da informação legislativa; e pelo assessoramento e acompanhamento das atividades administrativas. A indexação das proposições também é realizada pela SETIL.

3.2.1.1 Tesauros: breve histórico

O que atualmente é conhecido como tesouro deriva do termo em latim *thesaurus*, que, por sua vez, tem raiz na palavra grega *thesauros*. Gilchrist (1971 apud Maculan, 2015) estabelece o ano de 1565 como seu surgimento na Inglaterra com o título da publicação *Thesaurus Linguae Romanae et Britannicae*. Por outro lado, Aitchison e Clarke. (2004) apontam que a primeira aparição do termo em inglês ocorreu na data de 1736 no *Shorter Oxford Dictionary*, no qual era definido como um armazém do conhecimento, semelhante à enciclopédias e dicionários. Esse sentido se manteve por mais de 200 anos e mudou somente em 1957 quando a palavra foi utilizada pela primeira vez no contexto de recuperação da informação, ampliando sua possibilidade de uso. Peter Luhn, um pesquisador no campo da Ciência da Computação e da Biblioteconomia, foi quem abriu margens para a expansão da

área de atuação dos tesouros, sugerindo a possibilidade de utilizá-lo não somente como “lista de palavras”, como se popularizou durante os anos 1950, mas sim para fins de recuperação da informação (Lancaster, 1986). Antes, porém, de abordar sua evolução, é necessário retroceder e analisar como se deu o processo inicial.

O tesouro surgiu no contexto pós revolução industrial, no século XIX, devido à necessidade de novas ferramentas capazes de lidar com o grande volume informacional ocasionado pelo crescente avanço tecnológico. Novos assuntos surgiam a cada dia e as classificações hierárquicas ou facetadas não eram suficientes para lidar com a extensa diversidade, tornando-se obsoletas demais para o mundo moderno. Observou-se que a solução para esse problema era a criação de sistemas de classificação mais flexíveis, que permitissem mais possibilidades e pudesse abarcar um volume informacional cada vez maior para acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Por mais inovadora que pudesse parecer na época, a ideia de classificações sistemáticas já havia sido utilizada no passado em publicações como o *Dictionarium Historicum* do autor Charles Estienne em 1561, que já apresentava certa estruturação semântica na ordenação dos termos. Uma adequação para os processos documentários era tudo o que era preciso e assim surgiram os primeiros sistemas de classificação orientados a partir de termos retirados dos documentos, denominados *thesaurus* (Currás, 1995).

O termo passou a ser utilizado mais amplamente a partir da publicação de “*Thesaurus of English Words and Phrases*” em 1852. Seu autor, Peter Mark Roget, tinha o objetivo de apresentar as palavras dispostas e categorizadas de modo a promover a expressão das ideias e auxiliar na criação literária. Os termos foram dispostos sistematicamente de acordo com os significados atribuídos a cada um, permitindo a escolha da palavra mais adequada para o que se pretendia (Aitchison; Clarke, 2004; Felipe; Silva Neto, 2019 apud Nascimento, 2022).

Ainda em 1876, o bibliotecário americano Charles Ammi Cutter tornou-se o primeiro a apresentar regras para a construção de cabeçalhos alfabéticos de assuntos com a publicação *Rules for a Dictionary Catalogue*. Alguns anos depois, em 1895 foi publicado o primeiro vocabulário controlado intitulado *American Library Association's List of subject Headings for Use in Dictionary Catalogs*, cuja função era o controle da padronização nos cabeçalhos alfabéticos de assunto (Lancaster, 2004).

Em 1951 o Sistema *Uniterm* foi desenvolvido por Mortimer Taube com a proposta de, como o próprio nome diz, utilizar um único termo extraído de um documento como forma de representá-lo. Por isso, Taube é conhecido como o primeiro a utilizar o conceito de palavras-chave, denominadas por ele como descritores. A ideia era tão boa que foi adotada

por grandes organizações durante a década de 1950, começando com fichas manuscritas e, posteriormente, evoluindo para sistemas de cartões perfurados. Embora parecesse revolucionário, o sistema continha limitações devido à falta de especificidade, ineficiência com sinônimos, entre outras consequências por sua característica de ser composto por apenas uma palavra (Currás, 2010). Ainda que tenha apresentado restrições, Lancaster (2004) aponta a relevância do Sistema *Uniterm*, atribuindo inclusive à Taube, a responsabilidade pelo surgimento dos tesouros e nas normas e padrões para sua construção. Quanto a isso parece haver concordância com a espanhola Currás (2010) que inclusive aponta o uso do sistema nos dias de hoje em grandes empresas e organizações, o que é questionado em nota do tradutor, que afirma desconhecimento sobre a utilização do *Uniterm* no Brasil.

Como mencionado anteriormente, Peter Luhn foi o primeiro a usar o termo tesouro no contexto de recuperação da informação na sua publicação intitulada “*A Statistical Approach to Mechanized Encoding and Searching of Literary Information*” de 1957. Dois anos depois, em 1959, foi publicado o primeiro tesouro utilizado para controle de vocabulário e recuperação da informação, pela organização Du Ponte. E foi baseando-se nessa publicação que foi lançado em 1960 o primeiro tesouro produzido pelo centro de informação do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (ASTIA), seguido pelo *Chemical Engineering Thesaurus*. Em 1967, o *Thesaurus of engineering and Scientific Terms* (TEST) foi publicado como resultado de um projeto entre a indústria e o ASTIA, o documento abarcava normas e convenções para a construção e utilização dos tesouros, além de possuir estrutura semelhante com o que se tem hoje, como os tipos de relacionamento entre os termos (Aitchison; Clarke, 2004 ; Lancaster, 2004).

*Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*¹³ foi o título dado à primeira norma internacional para tesouros, a ISO 2788, que teve sua primeira edição em 1974 seguida pela segunda edição de 1986. A publicação era eficaz em relação aos conceitos, fornecendo diretrizes para lidar com a ambiguidade dos termos. No entanto, a estruturação não era muito complexa e apresentava algumas limitações relacionadas à distinção de termos. Entre as duas edições também foi publicada a ISO 5964:1985 sob o título de *Guidelines for the Establishment and Development of Multilingual Thesauri* que apresentava os mesmos problemas da última (Clarke; Zeng, 2011).

Por fim, as normas anteriores foram substituídas pela ISO 25964:2011, atualmente responsável pelas diretrizes para desenvolvimento e manutenção de tesouros no contexto da

¹³ Traduzido livremente para “Diretrizes para estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues”

recuperação da informação. Além disso, há uma segunda publicação, de 2013, que fornece orientações para a interoperabilidade¹⁴.

3.4.1.2 Tesouros: características

Para Currás (2010), o tesouro pode ser caracterizado como um sistema de classificação de matérias constituído por termos interligados de alguma maneira, além de acrescentar que refere-se também a um tipo de linguagem terminológica. De uma forma mais simplificada utilizada para introduzir o conceito aos jovens alunos da universidade, Currás (1995 p. 85) define o tesouro como um “vocabulário especializado, no qual as palavras que o compõem estão relacionadas umas com as outras”.

Miranda *et al.* (2024, p. 2) apontam que “o tesouro é um instrumento composto por um conjunto controlado de termos, descritores e não descritores, que estão relacionados entre si por meio de relações semânticas”. Quando se trata de tesouros, existem várias definições disponíveis. No entanto, percebe-se que elas compartilham similaridades, especialmente no que diz respeito a uma das características mais intrínsecas aos tesouros: as relações existentes entre os termos.

Para ser denominado tesouro, a linguagem terminológica deve cumprir algumas condições. Currás (1995, p. 88) baseou-se nas variadas definições utilizadas por autores, dos clássicos aos mais recentes, para criar um conjunto de características que devem ser necessariamente apresentadas por um tesouro:

- linguagem especializada
- normalização
 - pós controlado
- composto por termos
 - que são convertidos em descritores
- relacionamento entre os termos/palavras-chave

¹⁴ Para facilitar entendimento, as normas serão denominadas, respectivamente, como ISO 25964-1 (2011) e ISO 25964-2 (2013).

- hierárquicos
- associativos
- equivalentes
 - pré coordenação
 - pós-coordenação
- linguagens documentárias utilizadas em processos de
 - indexação
 - classificação
 - recuperação da informação

Além disso, devem permitir a introdução de termos novos e também a exclusão de termos existentes, característica fundamental para a constante atualização da ferramenta, evitando o obsoletismo. Os tesouros devem servir como tradutores da linguagem natural para a linguagem padronizada, o que se constitui como uma de suas principais funções. Por fim, com igual relevância, o tesouro deve proporcionar ligação entre o documento e o usuário, relação mediada pelo documentalista (Currás, 1995).

Sobre as classes e tipos dos tesouros, Currás apresenta as seguintes categorias:

Quadro 3 - Classes de tesouros

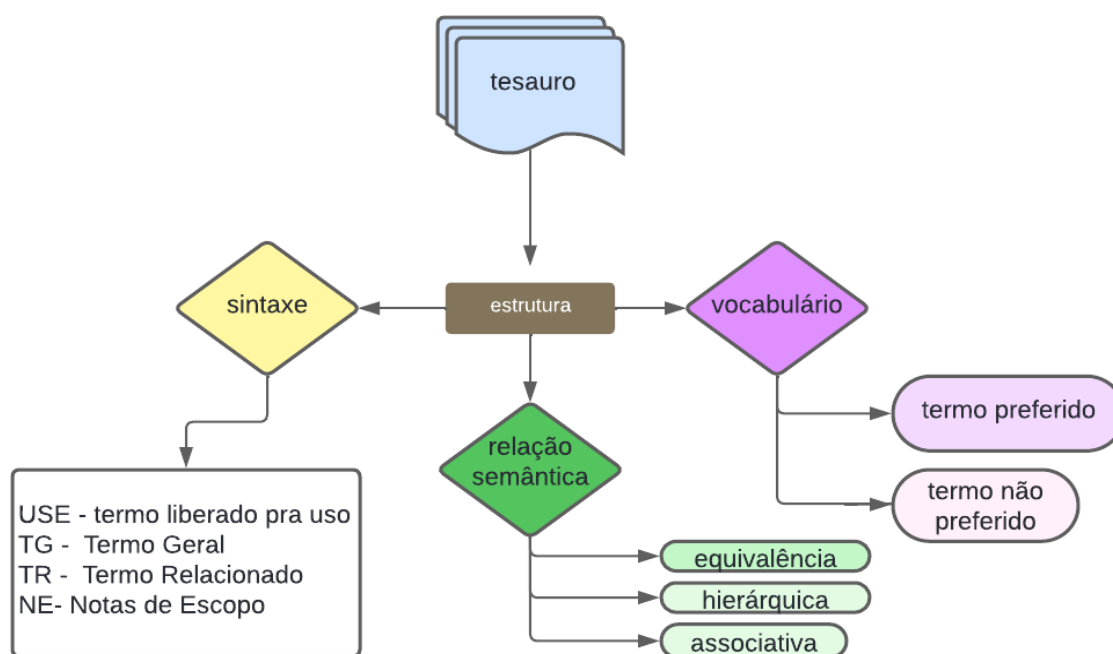
Abrangência	geral	
	especializado	
Temática	multidisciplinar	
	monodisciplinar	
Abrangência temática	principais	tesouros principais
	auxiliares	tabelas auxiliares que ajudam na inclusão de termos marginais
Disposição	alfabética	
	sistemática	aparecem na ordem de acordo com o tema

Ordenação	hierárquica	
	facetadas	de acordo com o sistema de classificação, distribuído por categorias e facetas
	em gráficos	
Idioma	monolíngue	
	bilíngue	
	plurilíngue	
Disponibilidade	público	Diz respeito ao tipo de instituição que o desenvolveu e também à acessibilidade
	privado	
Tipo	macrotesauro	composto por vários microtesauros com temas relacionados
	microtesauro	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Currás (2010, p. 108-112)

Com relação à estrutura, os tesauros devem ser orientados pela norma ISO 25964-1, na qual são definidos como um tipo de vocabulário controlado sistematizado onde os conceitos são representados através de termos. Esses termos dividem-se em “preferidos” e “não preferidos”, delimitando a adequação para o uso ao mesmo tempo que mantém por perto os conceitos inter-relacionados. Miranda e Dias (2023) apontam os três elementos essenciais para a formação de um tesauro:

Figura 6 - Estrutura dos tesauros



Fonte: elaborado pela autora baseando-se em Miranda e Dias (2023)

Em relação ao vocabulário, trata-se da lista de termos que compõem o tesauro. As palavras-chave são convertidas em descritores que podem ser simples, compostos ou isolados. Os termos preferidos dizem respeito aos termos mais adequados para tratar de determinado assunto, enquanto os termos não preferidos indicam os sinônimos que não devem ser utilizados. Em relação à ligação entre termos, as autoras destacam as relações semânticas mais comuns: a de equivalência, que é atribuída para termos com o mesmo significado; a hierárquica, que organiza termos de maneira vertical, colocando um termo sob outro; e a associativa, onde não há hierarquia ou equivalência, mas os termos estão conectados de alguma forma. A sintaxe do tesauro por sua vez, contribui para a representação das relações semânticas, uma vez que são as siglas representadas na **Figura 6**, as responsáveis por indicar para os usuários e indexadores, qual o tipo de relação entre os termos (Miranda; Dias, 2023).

3.2.1.3 Tesauro da Câmara dos Deputados

O Tesouro da Câmara dos Deputados é um vocabulário controlado utilizado para padronização terminológica da informação produzida pela casa. De acordo com o manual metodológico de desenvolvimento datado de 2018, o TECAD tem como objetivo:

[...] dotar a Câmara dos Deputados de um vocabulário controlado sistêmico que contemple os pressupostos constitucionais, institucionais e organizacionais do Poder Legislativo, a ser utilizado como instrumento terminológico na gestão corporativa da informação, principalmente na classificação, indexação e pesquisa dos conteúdos informacionais (BRASIL, 2018).

A construção do tesouro foi realizada com base em diretrizes internacionais, respaldada por normas da ABNT e ISO que abrangem áreas de documentação. Essas normas funcionam como orientações, mas são ajustadas para atender aos objetivos e às demandas dos sistemas de informação da Câmara dos Deputados.

Atualmente, o TECAD é utilizado principalmente na indexação de documentos administrativos, discursos parlamentares e proposições legislativas. Desde 2021, com a abrangência no seu uso, passou a ser utilizado também na indexação de imagens, notícias e outros conteúdos audiovisuais produzidos pela instituição. Nessa perspectiva, são funções e princípios do TECAD, sistematizados na tabela 3, de acordo com o manual metodológico:

Quadro 4 - Funções e princípios do TECAD

FUNÇÕES	PRINCÍPIOS
- tradução e conversão da linguagem natural em um vocabulário controlado; - promoção da uniformidade terminológica na representação e recuperação dos conteúdos; - promoção de hierarquias consistentes em um sistema de navegação; - servir de parâmetro para a criação e definição de metadados nos sistemas de informação da Câmara dos Deputados.	- eliminação de ambiguidade; - controle de sinonímia por meio do relacionamento entre os termos; - estabelecimento de relações semânticas quando apropriado; - garantia literária, organizacional, de uso e de usuário no estudo das terminologias, desde a extração à homologação; - teste e validação dos termos.

Fonte: Câmara dos Deputados (2018)

Por caracterizar-se como um tesouro multidisciplinar, o TECAD lida com alto grau de complexidade do conhecimento, tornando essencial uma organização eficiente em relação às áreas temáticas. Para isso, as principais diretrizes utilizadas na sua construção foram a ISO 25964-1:2010 parte 1 (*Information and Documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies*); a parte 2 que trata de interoperabilidade (*Information and Documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies*) e a ANSI/NISO Z.39.19:2005 (*Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*). Além disso, também foram utilizados códigos de classificação como a Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal de Direito, popularmente conhecida como Classificação de Dóris. O Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a Descrição e Acesso de Recursos (RDA) também fizeram parte das fontes informacionais utilizadas na construção do tesouro.

Por tratar de um vocabulário controlado pertencente à instituição legislativa e ter como público alvo os próprios servidores da casa, o TECAD exige também fontes de informação especializadas para estudo terminológico. Para isso, foram consultadas a Constituição Federal, a legislação (federal, estadual e municipal), a própria legislação interna do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado. As proposições legislativas e estudos realizados na casa também foram utilizadas, visto que, contém novas tendências temáticas, consequência do dinamismo informacional.

Para assuntos mais gerais que fugiam do âmbito legislativo como temáticas sociais ou econômicas, partiu-se do pressuposto da necessidade de entender como os assuntos eram abordados e quais termos eram mais utilizados pela própria sociedade e também pela mídia. Para esse propósito, foram consultados dicionários e enciclopédias especializadas, assim como, livros e artigos de periódicos. Tesouros, glossários e vocabulários controlados de tribunais, conselhos e do próprio Senado Federal também serviram de subsídio para o levantamento de termos. Em relação à normalização ortográfica e léxica, foram utilizados dicionários e gramáticas da língua portuguesa, juntamente com manuais de redação.

Em relação ao sistema de gerenciamento do TECAD, o Multites¹⁵ é o software utilizado para visualização e edição do tesouro, nele os termos são inseridos, modificados, têm relacionamentos adicionados e também podem ser deletados. O tesouro, anteriormente disponível apenas na intranet com acesso restrito a servidores e colaboradores da Câmara dos

¹⁵ É um software especializado na criação e gerenciamento de tesouros e taxonomias.
multites.com - *Thesaurus and Taxonomy Authoring Solutions*

Deputados,¹⁶ foi incluído nos serviços de dados abertos da Câmara dos Deputados em 2023, o que garante o acesso externo a todos os termos que o compõem nos formatos csv, xlsx, ods, json ou xml. A página inicial apresenta a conceituação do TECAD, questões referentes à criação, o manual metodológico, as categorias existentes e também um campo de busca, assim como mostra a figura 7:

Figura 7 - Interface do Tesauro da Câmara dos Deputados

Fonte: intranet/Câmara dos Deputados

A Política de Indexação de Conteúdos Informacionais da Câmara dos Deputados foi instituída através do Ato da Mesa nº80/2013¹⁷. Na ocasião, foi atribuída ao CEDI a responsabilidade de coordenar, supervisionar e implementar a política. Nesse sentido:

Art. 5º. São diretrizes da Política de Indexação de Conteúdos Informacionais:

I. Satisfação das necessidades de informação dos usuários internos e das demandas de informação da sociedade referentes à Câmara dos Deputados;

II. Realização da indexação com base nos conceitos contidos nos documentos;

¹⁶ Contudo, a partir de 2023 o tesauro foi incluído nos serviços de dados abertos da Câmara dos Deputados, o que garante o acesso externo à todos os termos que o compõem nos formatos csv, xlsx, ods, json ou xml. [Tesauro da Câmara é incluído no serviço de Dados Abertos da Casa - Assessoria de Imprensa - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-80-31-janeiro-2013-775250-publicacao-original-138914-cd-mesa.html)

¹⁷

<https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-80-31-janeiro-2013-775250-publicacao-original-138914-cd-mesa.html>

III. Participação dos gestores e responsáveis por sistemas de informação na implantação e na execução da Política, especialmente no tocante à adaptação de suas diretrizes e requisitos aos tipos documentais específicos;

IV. Utilização do Tesauro da Câmara dos Deputados como linguagem documentária de representação dos conceitos contidos nos documentos;

V. Utilização preferencial do termo específico, constituindo-se o termo genérico em exceção;

VI. Seleção de acervos, coleções e documentos a serem indexados, baseada em sua relevância em relação:

a. à execução, ao acompanhamento, à avaliação e ao controle das atividades diretamente relacionadas à missão da Câmara dos Deputados;

b. à memória institucional;

c. à gestão do conhecimento no âmbito da Casa;

d. à gestão de processos de trabalho na Casa.

Brasil (2013)

Como influência do ato que instituiu a política de indexação da casa, foi criado o Comitê de Indexação, grupo constituído em 2015 por indexadores, pesquisadores e outros servidores de diversos setores da casa, cujo objetivo é debater sobre as atualizações e modificações do tesauro. Atualmente, o comitê é composto por 10 servidores, sendo 3 lotados no Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ), 1 na Consultoria Legislativa (CONLE), 5 no Centro Documentação e Informação (CEDI) e 1 na Assessoria de Projetos e Gestão (APROGE). No entanto, na comunidade do comitê é possível encontrar atas das reuniões somente até 2019, não sendo possível determinar se as reuniões não acontecem mais ou se não são mais registradas na aba da Comunidade do Comitê de Indexação.

A aba sugestão de termo permite que o usuário proponha, por meio de formulário, a inserção de termos. O pedido será avaliado e, em caso afirmativo, passará a fazer parte do tesauro. É interessante ressaltar que o TECAD passa por atualizações diariamente, portanto a devolutiva não costuma apresentar lentidão.

Atualmente, o Tesauro da Câmara dos Deputados é constituído por 32 áreas temáticas distribuídas da seguinte maneira:

- 050 Processo Legislativo e Atuação Parlamentar
- 070 Política, Partidos e Eleições
- 100 Direito e Justiça
- 150 Direito Constitucional
- 152 Direito Civil e Processual Civil
- 154 Direito Penal e Processual Penal
- 156 Direitos Humanos e Minorias
- 158 Direito e Defesa do Consumidor
- 200 Administração Pública
- 220 Defesa e Segurança
- 300 Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo
- 320 Estrutura Fundiária
- 340 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- 360 Energia, Recursos Hídricos e Minerais
- 400 Ciência, Tecnologia e Inovação
- 420 Educação
- 440 Saúde
- 460 Previdência e Assistência Social
- 480 Cidades e Desenvolvimento Urbano
- 500 Viação, Transporte e Mobilidade
- 520 Relações Internacionais e Comércio Exterior
- 600 Economia
- 620 Trabalho e Emprego
- 640 Finanças Públicas e Orçamento
- 660 Indústria, Comércio e Serviços
- 680 Turismo
- 700 Comunicações
- 750 Esporte e Lazer
- 800 Arte, Cultura e Religião
- 850 Homenagens e Datas Comemorativas
- 900 Ciências Sociais e Humanas

Além disso, o tesauro apresenta duas tabelas auxiliares, a IDE para identificador e a MOD para modificador. O uso do identificador visa a junção de termos particularizados e a individualização de alguns conceitos, tudo isso para evitar a ambiguidade e garantir consistência. No caso do TECAD, a lista auxiliar IDE utiliza uma notação em sigla formada pela letra I mais a combinação das duas primeiras letras do nome na lista. A seguir, um exemplo extraído do próprio tesauro que ilustra o conceito descrito:

IAL Acidentes, **l**ocalidades e nomes geográficos

IAN Animais

IAP Acordos, **p**actos e convênios

Observa-se que todas as notações iniciam com I e são seguidas pela primeira letra das duas palavras. Em caso de ambiguidade utiliza-se a primeira letra da palavra seguinte:

ICC Cadastro, **c**ertidões, declarações e registros

ICG Comissões, comitês e **g**rupos

Os modificadores são termos utilizados para dar mais esclarecimento ou limitar a abrangência. Está sempre combinado com descritores ou identificadores, no entanto não necessariamente apresentam algum tipo de relacionamento.

No que se refere à ordenação, o TECAD pode apresentar diversas variações. De acordo com o manual metodológico as formas de apresentação podem variar conforme demanda e usuário. Os termos podem apresentar-se em sequência sistemática por área temática; arranjos alfabéticos com os termos preferidos, seguidos pelos não preferidos; pelos termos relacionados (Termo Geral, Termo Específico e Termo Relacionado) e como sequência hierárquica baseada nos relacionamentos. A apresentação das informações no TECAD possui a seguinte ordenação:

Termo preferido

NE (Nota Explicativa)

NH (Nota Histórica)

NA (Nota Aplicativa)
 UP (Usado para)
 TG (Termo Genérico)
 TE (Termo Específico)
 TR (Termo Relacionado)
 Categoria do termo
 Área temática/Lista auxiliar

Além disso, os termos não preferidos sempre são representados em *itálico*, facilitando o destaque visual, como mostra a imagem a seguir:

Figura 8 - Ordenação dos termos no Tesauro da Câmara dos Deputados

Tesauro da Câmara dos Deputados (TECAD)

O que é o Tecad?
 Categorias do Tecad
 Manual do Tecad
 Comunidade do Comitê de Indexação
 Sugestão de termo

C

Pesquisar

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z Pesquisa avançada

Resultados da pesquisa para C [12217]

« » 🔍

- **C.A.T.**
USE: Comissão de Assuntos Territoriais (C.A.T.)
- **C2DP**
USE: Central de Consolidação de Dívidas Privadas (C2DP)
- **CA (Cargo Comissionado de Assessoria)**
USE: Cargo Comissionado de Assessoria (CA)
- **CAA**
USE: Caixa de Assistência dos Advogados (CAA)
- **CAA (Comunicação alternativa)**
USE: Comunicação alternativa
- **Caaci**
USE: Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americanas (Caaci)
- **CAADJ**
USE: Comissão para Análise da Aplicação de Decisões Judiciais (CAADJ)
- Caapiranga (AM)
- Caaporã (PB)
- Caarapó (MS)
- Caatiba (BA)
- Caatinga
- Cabaceiras (PB)
- Cabaceiras do Paraguaçu (BA)
- **Cabacinha**
USE: Buchinha
- **Cabacinho**

Fonte: Intranet/Câmara dos Deputados

Todo vocabulário controlado deve manter atualização constante para evitar cair em obsolescência, para um tesauro como o TECAD que está por trás de uma das instituições mais importantes do país, essa demanda torna-se ainda mais indispensável. Pensando nisso, especialistas podem ser convidados para avaliação de alguns critérios como: clareza e

objetividade na definição dos termos; exatidão; coerência nos relacionamentos; pertinência; relevância; especificidade e exaustividade. Além disso, de acordo com o manual, o tesauro também é avaliado no que diz respeito à precisão e revocação no contexto da recuperação da informação, embora não tenha sido localizado nenhum documento que especifique a regularidade.

Desde sua criação o TECAD passou por diversas modificações visando adaptar-se à nova realidade, tanto no sentido político ou legislativo como também na questão social, cujos estudos estão aprimorando-se constantemente. Neste contexto, termos utilizados há 15 ou 20 anos atrás, hoje são entendidos como problemáticos e o tesauro deve adequar-se a tais questões, sem causar prejuízo ao usuário. Como exemplo disso, o termo “mãe solteira” que por muito tempo foi amplamente utilizado para designar as mães que cuidavam de seus filhos sozinhas, até que discussões recentes revelaram a problemática do termo que foi substituído por “mãe solo”. Daí a importância da flexibilidade em um tesauro, para que essas alterações possam ser feitas de forma rápida e fácil. Dessa forma, entende-se a necessidade da avaliação constante desse tipo de instrumento, como no caso deste estudo, focada em termos relacionados à mulher.

3.2.1.2 SILEG

Inicialmente criado em resposta a uma demanda da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o Sistema de Informações Legislativas (SILEG) foi implementado em 2001 com o objetivo de organizar e automatizar as rotinas relacionadas às comissões técnicas da casa através do tratamento da informação legislativa.

Com a chegada da internet ao Brasil no final dos anos 1989 e o crescimento da produção informacional da casa, houve uma ampliação no volume de demandas que dizem respeito ao acesso à informação, juntamente com o fortalecimento da noção acerca da importância da transparência e da participação popular na política. Assim, a preocupação com a informatização das atividades legislativas intensificou-se, o que levou à evolução do SILEG para novas funcionalidades da gestão da informação:

1. o controle do fluxo de documentos físicos e eletrônicos, desde a apresentação da proposição até a sua transformação em lei, produzidos ou recebidos nos diversos órgãos;
2. as regras do processo legislativo estabelecidas em normas;
3. a automatização de rotinas burocráticas;

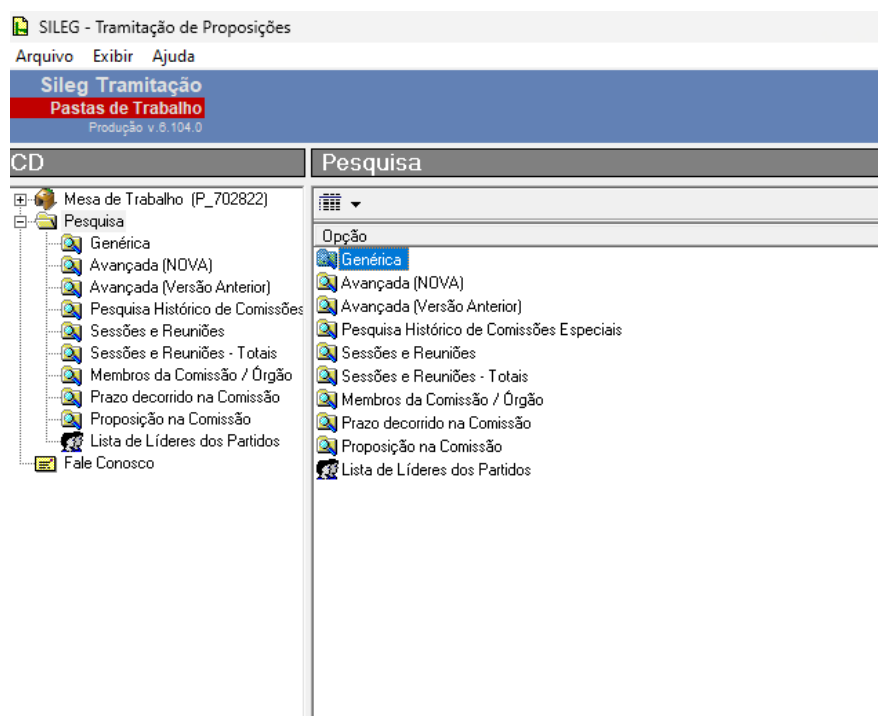
4. a alimentação de dados descentralizada, executada pelos órgãos participantes do processo legislativo.

(Alarcão, 2011, p. 67)

Mesmo com os esforços para garantir a adaptação do sistema à nova realidade, o Programa de Informatização da Atividade Legislativa – Prolegis apontou, em 2008, falhas e inconsistências na recuperação da informação utilizando o SILEG. Na ocasião, foram apontados como consequência, dentre outros, a falta de treinamento dos servidores aliada à precariedade na definição e padronização das informações contidas (Alves, 2016). Além disso, verificou-se a inconsistência/erro nos dados migrados de outro sistema; a precariedade na padronização dos registros; duplicidade nas classificações e também limitações na associação de documentos (apensados). No que se refere a descentralização da informação, embora tenha a característica favorável de permitir a atualização simultânea na tramitação de proposições em tempo real para qualquer usuário da casa, tende a aumentar as ambiguidades, visto que o uso dos campos de texto livre na indexação propicia a ocorrência de variações na grafia de termos que possuem o mesmo significado (Alarcão, 2011).

Embora tenham sido realizadas algumas alterações na forma de registro e de controle das informações com o objetivo de atender às novas atribuições, o SILEG não foi desenvolvido para fins de recuperação, o que resulta em falhas e resultados de pesquisa inconsistentes que, por sua vez, reduzem o nível de confiabilidade das informações extraídas.

Figura 9 - Interface do Sistema de Informações Legislativas- SILEG



Fonte: SILEG/Câmara dos Deputados

Ao longo dos anos, com a demanda das coordenações por melhorias, critérios de busca foram adaptados, alterados ou adicionados. Ainda assim, existem limitações no sistema que impedem o aperfeiçoamento dos resultados de busca.

Figura 10 - Critérios de busca de proposições no Sistema de Informações Legislativas: Numeração da Proposição

Editar Critérios - Pesquisa Proposições

Arquivo Pesquisa Ajuda

Pesquisar (F5) [Ícone de pasta] [Ícone de disco]

Limpar Todos os Critérios

Numeração da Proposição

Localizar as Proposições pelo Tipo ou o Número ou o Ano: ☐

Tipo da Proposição [?]

Número da Proposição [?]

Ano da Proposição [?]

Sigla do Órgão Numerador [?]

☒ Pesquisar também nos documentos de origem [?]

Localizar as Proposições com as seguintes numerações: ☐

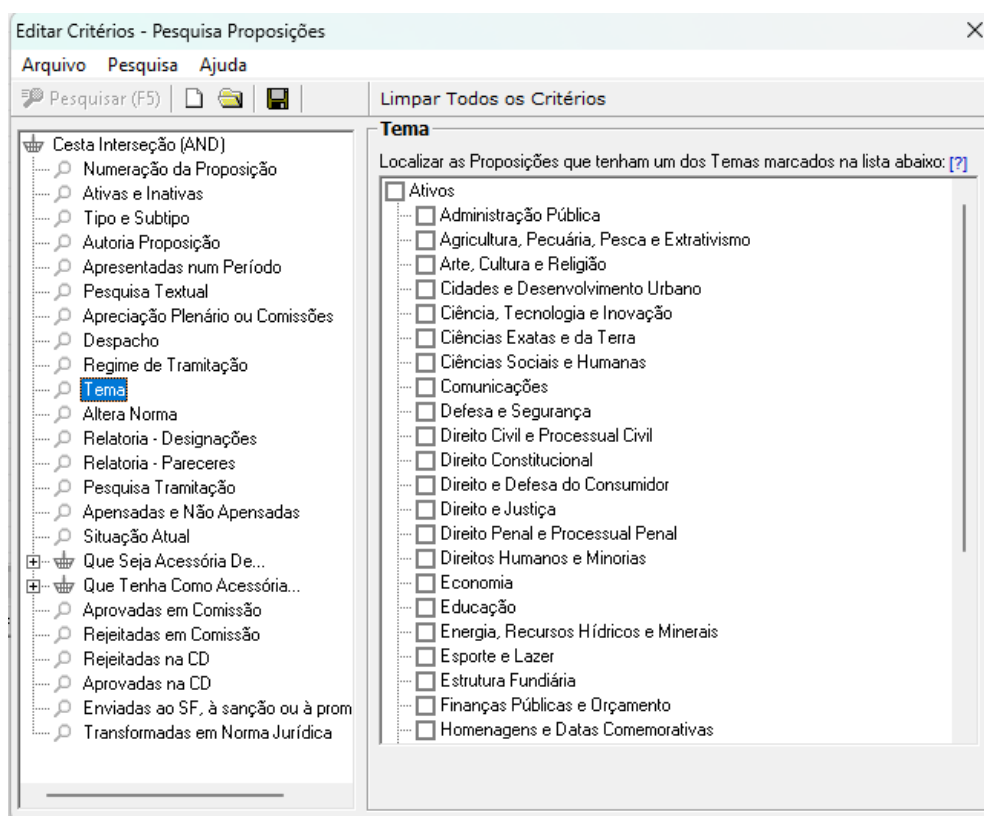
[?]

Cesta Interseção (AND)

- Numeração da Proposição
- Ativas e Inativas
- Tipo e Subtipo
- Autoria Proposição
- Apresentadas num Período
- Pesquisa Textual
- Apreciação Plenário ou Comissões
- Despacho
- Regime de Tramitação
- Tema
- Altera Norma
- Relatoria - Designações
- Relatoria - Pareceres
- Pesquisa Tramitação
- Apensadas e Não Apensadas
- Situação Atual
- Que Seja Acessória De...
- Que Tenha Como Acessória...
- Aprovadas em Comissão
- Rejeitadas em Comissão
- Rejeitadas na CD
- Aprovadas na CD
- Enviadas ao SF, à sanção ou à prom
- Transformadas em Norma Jurídica

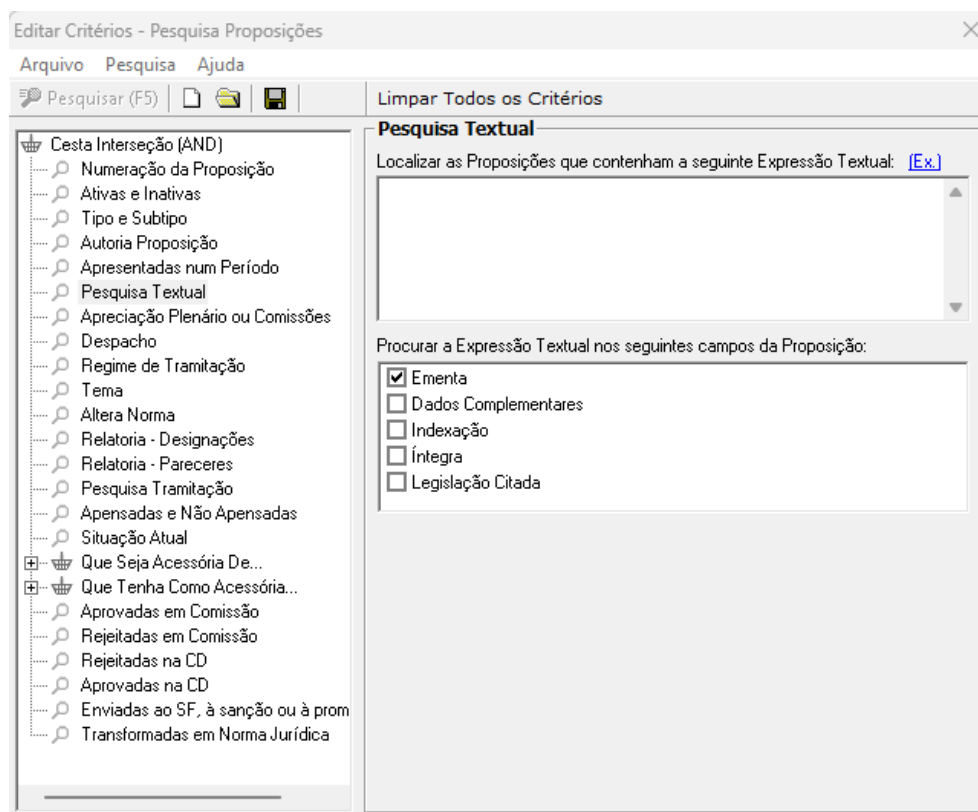
Fonte: SILEG/Câmara dos Deputados

Figura 11 - Critérios de busca de proposições no Sistema de Informações Legislativas: Pesquisa Textual



Fonte: SILEG/Câmara dos Deputados

Figura 12- Critérios de busca de proposições no Sistema de Informações Legislativas: Pesquisa Textual



Fonte: SILEG/Câmara dos Deputados

3.2.2 CORPI

Até o ano de 2006, cada coordenação do Centro de Documentação e Informação (CEDI) era responsável por responder às demandas referentes à temática do seu setor, de maneira descentralizada. Dessa forma, a Coordenação de Biblioteca lidava com as solicitações de pesquisa bibliográficas enquanto a Coordenação de Estudos Legislativos se incumbia de receber e responder às demandas sobre legislação. Com isso observou-se a confusão causada nos usuários que não sabiam exatamente a qual coordenação deveriam se dirigir a depender do assunto da informação solicitada. Com o objetivo de racionalizar o trabalho, todas as pesquisas foram centralizadas na antiga Central de Atendimento que posteriormente viria a se tornar a Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (CORPI). Essa mudança de perfil da coordenação refletiu em um vínculo maior com o usuário demandante, objetivando a fidelização e o foco no cliente. De acordo com o Manual da CORPI atribui-se as seguintes funções à coordenação:

- planejar, coordenar, administrar e supervisionar as atividades de atendimento e pesquisa de informação dirigidas ao Centro de Documentação e Informação;
- centralizar, registrar e controlar o recebimento de solicitação de informação e pesquisa;
- promover a resposta da solicitação;
- gerir o atendimento;
- interagir com usuário;
- planejar e implementar ações de melhoria de relacionamento com os usuário; contribuir para a adequação e avaliação das fontes de pesquisa, acervos, produtos e serviços do Centro de Documentação e Informação, inclusive com indicativos de uso das coleções e dos arranjos documentais;
- identificar demandas de informação, junto às unidades administrativas e órgãos de representação parlamentar;
- planejar e desenvolver produtos e serviços de informação;
- participar na disseminação dos serviços e produtos do Centro de Documentação e Informação por meio de treinamento, palestra, material de divulgação e outros.

As solicitações de pesquisa são recebidas pelo Fale conosco no Portal da Câmara, via *Whatsapp* ou presencialmente e são gerenciadas pelo Sistema de Gestão de Atendimento (Prisma), na qual as demandas são recebidas, analisadas e classificadas quanto à urgência para resposta. As demandas advindas dos gabinetes parlamentares, por exemplo, são mais urgentes do que as demandas do público externo, pois não representam influência para o processo legislativo. As classificações podem ir de verde (não urgente) até vermelho (muito urgente) e assim são estipulados os prazos para resolução da demanda.

De acordo com o relatório de estatísticas do atendimento da CORPI, durante o primeiro semestre de 2024, 65% das demandas recebidas são relativas à área legislativa. A maior demanda são as solicitações de informações acerca de proposições legislativas e de legislação federal. Com grande parte da sua atuação ligada à legislação, a qualidade da informação oferecida pela coordenação tanto para o público interno como para o público externo, depende da recuperação desses conteúdos no SILEG. Nesse sentido, resultados inconsistentes provenientes do sistema podem corroborar para a disseminação de informações erradas, causando transtornos para a coordenação.

No que diz respeito às mulheres, que há algumas décadas nem podiam votar e hoje ocupam cadeiras na Câmara dos Deputados, a informação de qualidade sobre essa temática representa um basta ao apagamento de suas pautas. Assim, têm sido recorrentes os pedidos de pesquisas relacionadas ao tema, especialmente porque a Procuradoria da Mulher e a Secretaria da Mulher trouxeram à tona debates sobre a promoção da equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos das mulheres.

3.3 Gênero, sexo e o ser mulher

No livro *O segundo sexo* (2009), Simone de Beauvoir, filósofa, autora e ativista da luta feminina, profere uma das frases mais emblemáticas para o movimento das mulheres, que continua relevante até os dias de hoje: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse contexto, “as relações biológicas são imutáveis, mas o gênero é construído com base na sociedade e muda de acordo com a época e a cultura atual” (Silva, 2023, p. 32). Entende-se portanto a condição de gênero como fruto da construção social do conceito do que é ser mulher, enquanto o termo sexo é designado para definir a determinação genética, representada pelos cromossomos XX nas mulheres e XY nos homens. Apesar de terem significados diferentes, a construção de gênero sempre seguiu baseada na diferença biológica entre homens e mulheres.

Pedroza e Alves (2021, p. 53), ambas doutoras em psicologia, explicam que: “a mulher era descrita como uma cópia imperfeita do homem”, de acordo com o paradigma do “sexo único”, exposto por elas como resultado da obra de grandes filósofos como Aristóteles e Galeno. Neste cenário, a mulher seria caracterizada apenas pela natureza contrária ao homem, tendo como base para sua definição, a oposição entre os sexos. Na atualidade,

entretanto, as autoras descrevem a diferenciação biológica como fator que torna um sexo totalmente distinto do outro, não obedecendo à hierarquização ou subordinação de um sobre o outro.

A diferenciação biológica, portanto, é utilizada como instrumento para justificativa da construção de gênero, na qual o valor da mulher estaria intrinsecamente ligado à maternidade e reprodução, enquanto o homem estaria destinado à produção social (Birman, 2001 apud Pedroza; Alves, 2021). Quanto ao lugar social da mulher, Sousa e Tolentino (2017, p. 173) afirmam que “perpassa inúmeros desdobramentos que diversamente compuseram comportamentos, dispositivos legais e manifestações ideológicas”, além de indicar as diferenças culturais e geográficas como grandes influências para a condição social aplicada às mulheres.

Frequentemente representadas como o sexo frágil e ensinadas a agir como tal, as mulheres assumiram esse papel por muito tempo, enquanto ficava para os homens o direito de contar (ou não) uma história alheia à sua. Nesse contexto, Perrot (2007, p. 17) afirma que:

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente.

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população é composta majoritariamente por mulheres (51.45%), deixando os homens como minoria (48.55%)¹⁸. Todavia, quando se fala em minoria social os dados traduzem uma realidade paralela, onde os homens se mantêm no topo da dominação mesmo estando em desvantagem numérica.

3.3.1 Patriarcado

Até meados dos anos 1960, a história das mulheres foi predominantemente narrada a partir da perspectiva masculina. Somente nessa década é que surgiram discussões significativas sobre gênero e direitos das mulheres. Mas como se originou a dominação

¹⁸ É importante ressaltar que o censo de 2022 não possui dados sobre identidade de gênero, o que dificulta a determinação do quantitativo de pessoas transgêneras no país. No entanto, o IBGE garante que a inclusão de questões acerca de identidade de gênero e orientação sexual estão previstas para o próximo censo, em 2025.

masculina sobre o feminino? Silva (2023) explica que a origem do patriarcado se deve ao desejo masculino por manter residência fixa e relacionamentos monogâmicos, tal mudança foi determinante para a noção da função social da mulher, que obrigatoriamente ficaria responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos, enquanto o marido mantinha a função de provedor e chefe do lar. Esse movimento é entendido como categorização social, aonde o sexo determina o tipo de atribuição de cada um na sociedade (Cisne, 2004). Neste contexto, Xavier (2023) afirma que o sistema de classes sociais é baseado na divisão sexual do trabalho e na exploração da capacidade reprodutiva.

Mariana Xavier (2023), doutora em cultura e informação, explica que a palavra patriarcado é uma junção de duas palavras gregas: PATER= pai e ARKHE= comando, as quais significam “autoridade do pai”. Apesar da referência ao comando paterno, a mesma palavra passou a significar a dominação masculina sobre a mulher, seja por parte do pai, irmãos ou marido. A autora aponta ainda que o processo de hierarquização e dominação masculina se deu, inicialmente, com as mulheres do próprio grupo, posteriormente estendendo-se às outras mulheres de fora daquela comunidade. Quando um povo era conquistado, os homens frequentemente eram mortos, enquanto as mulheres eram submetidas à escravidão. Ao longo do tempo isso se manifestou na chamada “institucionalização da escravidão”, evidenciando a noção de que enquanto os homens deviam morrer, as mulheres, juntamente com suas terras e outras posses, pertenciam agora ao grupo dominante (Xavier, 2023). Essa lógica reflete a objetificação da mulher, reforçando a exploração da capacidade reprodutiva já citada anteriormente.

A chamada “divisão sexual do trabalho” compreende o sexo como o objeto de diferenciação entre homens e mulheres aplicadas às suas funções na sociedade. Silva (2023) aponta sua origem a partir da sociedade agrícola, sendo uma das principais causas para a construção do papel social da mulher. Os homens são ensinados a ansiar por cargos de liderança, enquanto as mulheres são moldadas desde tenra idade a abraçar o papel de cuidado e educação. Desta forma, quanto mais “masculino” o trabalho, mais valorizado será, do mesmo modo que quanto mais “feminizado”, mais desvalorizado (Cisne, 2004).

Como forma de reforçar que o lugar da mulher é dentro de casa, cuidando do marido e dos filhos, o patriarcado, juntamente com o capitalismo, foi e continua sendo o responsável por garantir o fracasso da mulher que tenta exercer “tarefa de homem”. Neste contexto, Cisne (2004) aponta a exploração dupla como resultado dessa junção, uma vez que a mulher que queira trabalhar fora, tenha obrigatoriedade moral de manter as tarefas domésticas com tanta dedicação quanto antes, cumprindo a chamada jornada dupla. Ao passo que o homem tem o

privilégio de dedicar-se à sua carreira integralmente, abdicando inclusive dos cuidados com os filhos e com a manutenção da casa.

A ideia da subordinação feminina existe desde os princípios da humanidade, ou melhor, desde o advento da religião. A narrativa de Adão e Eva ilustra bem o conceito da hierarquização dos homens sobre as mulheres, além de evidenciar a influência religiosa sobre o patriarcado (Sousa, 2017). Embora tenha se passado bastante tempo desde então, não é incomum se deparar com pautas religiosas atuais que vão de encontro à ideia da mulher como um ser frágil que nasceu para servir ao homem.

3.3.2 A luta feminista

Como mencionado anteriormente, a história das mulheres é composta por séculos e séculos de silêncio e submissão, levando bastante tempo até que se pudesse ouvir o outro lado da história. Neste sentido, a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2007) relembra que até o século XVIII, a própria humanidade da mulher chegou a ser questionada por alguns que pensavam se tratar apenas de um animal irracional. Tal pensamento condiz com o contexto da época, em que propriedades e mulheres eram colocadas na mesma caixa de posses. Há relatos da insatisfação feminina desde o surgimento da dominação masculina, no entanto, suas demandas por igualdade de gênero e segurança não foram atendidas pela criação dos direitos humanos, como era esperado. A verdade é que a promulgação dos direitos humanos não chegou a respingar nas mulheres, que continuavam a ser vistas como dependentes dos pais e esposos, portanto não sendo consideradas capazes de independência moral que era requerida para a conquista dos direitos (Silva, 2023).

Nessas circunstâncias surgiu o movimento feminista, formado por grupos femininos que buscavam promover a igualdade de direito entre homens e mulheres. Silva (2023, p. 30) destaca três ondas principais desse movimento:

Na primeira onda, por meio da luta pelo direito ao sufrágio, as mulheres planejavam derrubar os problemas ligados ao gênero, gerando assim a vertente liberal do feminismo. Na segunda onda, o feminismo se torna radical pois as demandas das mulheres se tornam mais urgentes após sofrerem repressão, os movimentos sociais surgem nesse momento. Na terceira onda, surgem as demandas relacionadas aos movimentos sociais das mulheres

negras, homossexuais e transexuais, a mulher se torna um ser político. (Silva, 2023, p. 30)

Diante do exposto, é possível compreender como se deu a evolução política e social do movimento, que passou por três fases com requisições e pontos de vista distintos, apesar de terem em comum o protagonismo feminino. Silva (2023) descreve a primeira onda feminista como um período voltado para reivindicações pontuais como a busca pela plena participação na vida social e política, o que inclui os direitos ao voto e à propriedade. Tais demandas não traziam aprofundamento em questões posteriormente lidas como essenciais para o movimento e inclusive mantinham os “valores da família” moralmente preservados, o que indica certa superficialidade das requisições do período.

A segunda onda do feminismo (1960-1980) surgiu com maior força no Brasil a partir de 1964 em meio à ditadura militar e trouxe uma maior radicalização do movimento, o que implicou no surgimento de demandas relacionadas à libertação sexual e direitos reprodutivos das mulheres. Iniciou-se a seguir um movimento de rejeição a dois conceitos preservados durante a primeira onda do feminismo: os papéis de gênero e os valores familiares, que passaram, então, a ser questionados e criticados (Silva, 2023).

De acordo com Gamble (apud Silva, 2023, p. 29) a terceira onda configura-se como pós-feminismo, que é caracterizado pelo conjunto de “ideias e atitudes que ignoram ou rejeitam as ideias feministas dos anos 1960 e das décadas subsequentes”. Neste período que teve início na década de 1990, o empoderamento da mulher, bem como a desconstrução do masculino, fizeram parte dos preceitos adotados pelas feministas. Temáticas acerca da ideologia de gênero e relações de classe, raça e religião finalmente ganham espaço no movimento (Silva, 2023). O que percebe-se neste momento é um maior aprofundamento nas questões sociais sobre a identidade feminina, abrangendo toda a complexidade envolvida no ser mulher.

3.3.3 Raça e gênero : interseccionalidade

É importante ressaltar que durante muito tempo as pautas do feminismo somente contemplavam as mulheres brancas. Por essa razão se dá a falta de menção nas páginas acima, pois se para as mulheres brancas, durante muito tempo, restava a opção de ter sua história contada pelos homens, para as mulheres negras, nem isso. A intelectual e ativista

negra Lélia Gonzales, ainda em 1984, ressaltou que a articulação do racismo com o sexismo produz consequências particularmente piores para as mulheres negras, que fazem parte de dois grupos historicamente excluídos, os negros e as mulheres. Assim, enfrentam o machismo ao mesmo tempo que o racismo, tornando-se vítimas dessa junção repressiva, ou dupla repressão. Somente a partir da terceira onda feminista foram incluídas pautas do feminismo negro, juntamente com o movimento das mulheres lésbicas e transexuais. Desde o século XVIII, no entanto, tais vivências estiveram interligadas. Qual teria sido o ponto de encontro de tais narrativas? De que forma essas histórias se conectam ?

Frederick Douglass (1818-1895) é considerado um dos abolicionistas negros mais importantes da história dos Estados Unidos. No entanto, é surpreendente o fato de que sua atuação como ativista também incluiu a intensa participação na luta para a emancipação feminina, movimento que à época era ridicularizado pela sociedade. Além de reconhecer semelhanças nas repressões sofridas pelas mulheres e pelos escravos, Douglass entendia a importância de se ter as mulheres como aliadas na causa antiescravagista. O início do movimento abolicionista coincidiu com um momento conturbado para as mulheres brancas estadunidenses que, devido aos impactos da revolução industrial e da indústria têxtil, perderam o prestígio associado à economia do lar e manufatura, demanda então suprida pela indústria (Davis, 2016).

Neste contexto surge a ideia da fragilidade feminina denominada por Davis (2016) como “ideologia da feminilidade” e lida pela mesma como um subproduto da industrialização que colocou a mulher branca em um lugar alheio à produtividade, limitando-se aos papéis de mãe e dona de casa. Para as mulheres negras, no entanto, tal ideologia nunca existiu, já que os escravos eram tratados apenas como mão de obra, não havendo diferenciação de gênero nos campos de trabalho. Evidente que as mulheres escravizadas eram ainda submetidas a violências de gênero como estupros e gestações indesejadas, entretanto, durante o trabalho, seu gênero pouco importava pois todos eram escravos igualmente, incluindo crianças. Isso significava ter que desempenhar as mesmas funções e sob as mesmas consequências. Ao contrário do que se podia imaginar à época, muitos donos de escravos tinham preferência pela mão de obra feminina devido à sua alta produtividade e baixo custo de manutenção (Davis, 2016).

Enquanto as mulheres brancas eram vistas como verdadeiras bonecas de porcelana que deviam manter-se em casa desempenhando seu papel como mãe, esposa e dona de casa, as mulheres negras escravizadas desempenhavam as mesmas funções que os homens, por vezes com maior produtividade. Esse fato evidenciou a incoerência no discurso defendido

pela ideologia da feminilidade e provavelmente corroborou para o interesse das mulheres brancas pela luta abolicionista. Ora, se suas semelhantes desempenhavam as mesmas atividades pesadas que os homens nos campos de trabalho escravo, é desfeito o mito da fragilidade feminina imposto após o advento da industrialização.

Junto a esse evento transformador, o início do movimento abolicionista organizado, em 1831, trouxe para as mulheres brancas a oportunidade de usufruir de seu novo tempo ocioso para lutar por uma causa que lhes gerava empatia. Neste período marcado pela falta de notoriedade na sociedade e com menos funções dentro de casa, elas tornaram-se grandes aliadas na luta abolicionista (Davis, 2016). Em suma, trata-se de dois grupos historicamente marginalizados que já chegaram a ter a própria humanidade questionada e que perceberam que juntos poderiam se fortalecer. A identificação entre vivências constantemente anuladas e continuamente ditadas por homens brancos chegou ao ponto de as mulheres brancas da época caracterizarem o casamento como uma espécie de escravidão.

Apesar da diferenciação de gênero ser um tema exclusivo para homens e mulheres brancas, um estudo realizado pelo governo dos Estados Unidos em 1965 apontava que o fracasso da comunidade negra devia-se ao arranjo matriarcal e pela falta de um homem na posição de liderança. Isso porque na época da escravidão muitos senhores se recusavam a reconhecer a paternidade dos escravos, adicionando apenas o nome da mãe nos registros de nascimento, o que levou naturalmente a um arranjo familiar matriarcal, onde a mãe ocupava o centro das relações (Davis, 2016).

No Brasil, as mulheres negras também tiveram um grande papel na construção da identidade brasileira. Durante a escravidão, as mucamas da casa grande desempenhavam a função de cuidado, tornando-se praticamente mãe dos filhos de seus senhores. As crianças aprendiam tudo com elas, desde os seus primeiros passos até as primeiras palavras. E que palavras! O “pretuguês” declarado por Gonzales (ANO), consiste na “africanização” do português herdado dos europeus, devido à atuação das mucamas na casa grande. A autora ressalta que apesar de violento e doloroso, o espaço ocupado pelas mulheres negras escravizadas teve papel fundamental na criação da cultura brasileira. A troca genuína entre a ‘mãe de criação’ e as crianças, permitiu a difusão dos conhecimentos, crenças e até da linguagem.

3.3.4 Representação da mulher

Diante das páginas anteriores, é impossível que tenha passado despercebido, que a falta de representação têm sido, desde sempre, um problema para as mulheres. Tal problemática é perceptível não somente no cotidiano feminino, mas também no âmbito da representação na Organização do Conhecimento (OC). A tentativa de criar uma representação, no entanto, não significa sucesso na missão. Xavier (2023) declara que a representação deficitária é tão nociva quanto a falta da mesma. A falta de atualização de catálogos e bases de dados, entre outros instrumentos documentários, pode ser determinante para a perpetuação de preconceitos, conforme destacado por Sousa e Tolentino (2017), que refletem também acerca do impacto causado sobre a comunidade usuária em caso de imprecisão na busca e recuperação da informação.

No âmbito da Câmara dos Deputados a representação política das mulheres influencia não só no parlamento em si, como principalmente reflete na sociedade como um todo, uma vez que, quanto mais mulheres inseridas no poder legislativo, mais proposições acerca dos seus direitos serão incluídas. Por outro lado, a ausência de mulheres no parlamento brasileiro acaba resultando no apagamento das pautas intrínsecas à realidade feminina (Pinto, 2010 apud Santos, 2023).

Como meio de tornar o espaço político mais igualitário, foram adotadas as cotas de gênero em 2009, orientando que os partidos tenham no mínimo 30% de mulheres concorrendo às vagas das Câmaras dos Deputados, dos vereadores e Assembleias Legislativas. Apesar de o percentual desejado significar menos da metade do quantitativo total, as cotas nunca foram de fato seguidas pelos partidos. O reflexo disso é observado na própria Câmara dos Deputados, onde apenas 18% dos parlamentares da atual legislatura são mulheres. Juntamente com as cotas de gênero, também foi criada a Procuradoria da Mulher¹⁹ em 2009, posteriormente unida à Secretaria da Mulher, criada em 2013. Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher são mencionadas:

- Fiscalizar as políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero;
- Receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de discriminação e violência contra a mulher;
- Cooperar com organismos nacionais e internacionais na promoção dos direitos da mulher.

19

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/procuradoria-da-mulher-1>

De acordo com dados do Portal da Câmara, a Secretaria da Mulher²⁰ constitui-se como um órgão político e institucional com atuação em benefício às mulheres, objetivando manter a Câmara dos Deputados no centro dos debates acerca da igualdade de gênero e defesa dos direitos das mulheres. Aliada à Bancada feminina, que é constituída por todas as deputadas da legislatura vigente e que conta com reuniões mensais para discussão acerca da temática feminina, várias iniciativas foram tomadas. Uma das principais ações da secretaria foi a criação do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP)²¹ em 2021, que tem a finalidade de monitorar os indicadores acerca da representação da mulher na política brasileira.

A Secretaria da Mulher é uma das principais demandantes de conteúdos legislativos acerca da temática da mulher na CORPI, o que reflete os esforços para o acompanhamento de projetos que sejam de interesse da bancada feminina. As buscas solicitadas para a CORPI na aba da Secretaria, no portal da Câmara, estão disponíveis todas as proposições legislativas relacionadas à mulher, com a opção de filtragem por situação e por comissão:

Figura 13 - Relação de propostas legislativas sobre a mulher

²⁰

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/o-que-e-a-secretaria-da-mulher>

²¹

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-na-cional-da-mulher-na-politica>

PROPOSTAS LEGISLATIVAS SOBRE A MULHER

QUANTIDADE POR SITUAÇÃO | QUANTIDADE POR COMISSÃO

Exibindo resultados de 1 a 10 de 1893 encontrados.

Exibir: ☒ Todas em tramitação ☐ Mais acessadas ☐ Prontas para votação em Plenário

Filtrar por:

Todas

Proposta	Ementa	Data de apresentação
PL 4989/2024	Altera o art. 25 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, a fim de reduzir para 1 (um) mês o período de carência exigido na concessão do salário-maternidade das seguradas contribuinte individual, especial e facultativa.	19/12/2024
PL 4975/2024	Dispõe sobre a ampliação do serviço do Disque 180, criando mecanismos de acessibilidade para mulheres com deficiência auditiva e visual vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.	18/12/2024
PL 4944/2024	Dispõe sobre medidas cautelares aplicáveis a indivíduos investigados ou acusados pela prática de crimes sexuais praticados contra crianças, adolescentes, pessoas vulneráveis ou adultos, e violência doméstica e familiar contra a mulher, com vistas à proteção das vítimas e à garantia da ordem pública.	18/12/2024
PL 4941/2024	Institui a Política Nacional de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa e dá outras providências.	17/12/2024
PL 4928/2024	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar inafiançável o crime de Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar inafiançável o crime de lesões corporais praticado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.	17/12/2024
PL 4912/2024	Exclui os Bacharéis em Direito com condenação com trânsito em julgado por violência contra a mulher da possibilidade de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	16/12/2024

Fonte: Portal da Câmara

Nesse sentido, entendendo a importância da recuperação destes conteúdos legislativos relacionados à temática da mulher no âmbito da Câmara dos Deputados, bem como a influência da representação feminina na sociedade, propõe-se a seguir, procedimentos metodológicos com o objetivo de compreender quais fatores influenciam na busca e recuperação de proposições legislativas na CORPI.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A capacidade humana de adquirir conhecimento sobre a vida e o mundo seja utilizando-se de observação, filosofia e crenças ou tomando como verdade o que é dito por autoridades, simbólicas ou reais, passou a ser questionada por uma parcela mais crítica da sociedade. É neste contexto da necessidade da aquisição de conhecimentos mais seguros que surge a ciência, que, caracterizada pela objetividade, racionalidade e sistematização, é a forma de conhecimento responsável pela exploração e análise de um fenômeno, para compreensão de sua incidência, bem como, para formulação de leis pelas quais são regidos e

que podem ser comprovadas por meio de observação ou experimentação. Um atributo bastante particular da ciência, que a difere das demais formas de conhecimento, é a possibilidade de ser refutada a qualquer momento, portanto, constitui-se como verificável por possibilitar a apuração das informações contidas. Tal característica só é possível graças ao método científico aplicado para a obtenção do resultado. Nessa perspectiva, a pesquisa caracteriza-se como processo formal no desenvolvimento do método científico, uma vez que utiliza-se de procedimentos científicos para a resolução de questões levantadas à priori. A pesquisa social, portanto, utiliza-se da ciência, seus métodos e procedimentos, para obter e aprimorar seus conhecimentos acerca da temática social. (Gil, 2008).

Nesse sentido, a pesquisa corresponde a um estudo de caso caracterizado pela finalidade na aplicação e utilização, logo, denominada, pesquisa aplicada. Quanto à abordagem, é qualitativa, pois utilizou-se de processos de interpretação e compreensão de conceitos e fenômenos através de procedimentos empíricos. Esse tipo de pesquisa baseia-se na avaliação dos processos mediante a perspectiva dos participantes envolvidos (Gil, 2021 ; Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

A primeira fase do trabalho, a revisão bibliográfica, baseou-se na identificação do tópico a ser estudado, bem como na análise de aspectos acerca de sua relevância e pertinência. Como a presente pesquisa concentrou-se em um tema um tanto quanto específico como a recuperação de conteúdos legislativos relacionados à temática mulher, optou-se por dividir em partes, da mais geral para a mais específica. A partir da definição da temática, iniciou-se o processo de revisão da literatura dividida em três capítulos e suas respectivas utilidades. O primeiro capítulo da revisão se debruçou sobre informação, bem como seu tratamento e avaliação do mesmo. O segundo capítulo tratou dos aspectos relacionados à Câmara dos Deputados, às coordenações envolvidas no processo informacional, o tesouro e os sistemas e programas utilizados na casa para tratamento da informação. Por fim, o terceiro capítulo da revisão tratou dos conceitos acerca da temática da mulher.

Foram utilizados livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, localizadas principalmente nas bases BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação) e SCIELO (Scientific Eletronic Library Online). Os livros, por sua vez, foram encontrados na Biblioteca Central e também na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

A segunda fase do trabalho diz respeito à análise da qualidade da indexação efetuada nas proposições legislativas e, como isso pode vir a afetar a recuperação destes conteúdos

posteriormente. Com isso, pretendeu-se analisar se a Política de Indexação proposta pela Câmara está sendo cumprida, baseando-se em três critérios mencionados no Art. 5 :

II. Realização da indexação com base nos conceitos contidos nos documentos;

IV. Utilização do Tesauro da Câmara dos Deputados como linguagem documentária de representação dos conceitos contidos nos documentos;

V. Utilização preferencial do termo específico, constituindo-se o termo genérico em exceção;

(Brasil, 2013.)

Para a análise da qualidade da indexação foi utilizada como base a avaliação intrínseca qualitativa, que consiste na reindexação de registros para posterior comparação com a indexação original, a fim de identificar elementos como a exaustividade e a especificidade, além da intra consistência. Para isso, a avaliação foi dividida nas seguintes etapas:

1. Seleção de 30 proposições legislativas relacionadas à temática mulher, utilizando o Sistema de Informações Legislativas (SILEG);
2. Reindexação destes 30 documentos de acordo com a Política de Indexação da Câmara dos Deputados;
3. Comparação entre a indexação antiga e a nova;
4. Sugestão de melhorias;

Para a reindexação, foram selecionadas 30 proposições legislativas referentes à temática da mulher no Sistema de Informações Legislativas (SILEG). A fim de representar os principais interesses de busca, optou-se pelas proposições mais relevantes e frequentes:

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PLP - Projeto de Lei Complementar

PL - Projeto de Lei

MPV - Medida Provisória

PLV - Projeto de Lei de Conversão

PDL - Projeto de Decreto Legislativo

O período temporal da pesquisa contempla os 15 anos, entre 2010 e 2024, nos quais foram selecionadas de forma aleatória 2 proposições de cada ano, totalizando 30. O período estabelecido refere-se à criação da Procuradoria da Mulher (2009), de forma que seja possível observar se houve alguma influência nos termos utilizados para descrição de temáticas femininas, considerando a atuação na promoção dos direitos das mulheres. Tal procedimento foi realizado para obter uma visão atemporal da indexação das proposições, sem se limitar apenas às mais recentes. Para isso, foram realizadas 15 buscas separadas, visando coletar a primeira e a última proposição recuperada de cada ano, evitando, assim, conclusões baseadas em um único documento.

As buscas foram realizadas com o uso do SILEG utilizando os seguintes critérios: No campo de pesquisa textual, que permite a busca através de uma expressão de busca, foi inserido o termo “mulher”; Na escolha dos campos da proposição que seriam incluídos na busca, adicionou-se todos os tipos disponíveis (Emenda, Dados complementares, Indexação, Íntegra e Legislação citada); No campo descrito por “Apresentadas num período” foram adicionados os primeiros e últimos dia de cada ano correspondente (Ex: 01/01/2010 a 31/12/2010). Após a estruturação das proposições selecionadas em uma planilha à parte, foi realizada a indexação dos itens, seguida pela comparação entre a antiga e a atual, indicando se a primeira, foi realizada de maneira coerente com a Política de Indexação da Câmara dos Deputados para o tratamento da informação. Além disso, também foram observados aspectos como a quantidade de termos, o uso de termos do TECAD.

Por fim, a terceira fase do trabalho foi constituída pela coleta de dados acerca dos processos relacionados à recuperação da informação, objetivando a compreensão das facilidades e dificuldades enfrentadas pelos servidores da CORPI. Para isso foram aplicados

questionários cujas questões foram disponibilizadas no APÊNDICE A. O formulário foi enviado via email para os 10 pesquisadores lotados na Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e informação, contendo questões objetivas e subjetivas referentes à busca e recuperação da informação, tanto nos aspectos relacionados ao próprio tesauro, como também sobre possíveis dificuldades com o uso do Sistema de Informações Legislativas (SILEG). Dessa maneira, foi possível analisar a recuperação da informação de proposições legislativas sobre a temática mulher, considerando duas óticas: o tratamento e a recuperação da informação.

5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS OBTIDOS

Esta seção corresponde à apresentação e análise dos dados obtidos através dos processos descritos na metodologia. A primeira seção consistiu na análise intrínseca qualitativa da indexação das proposições legislativas referentes à temática da mulher. A segunda seção buscou compreender a visão dos pesquisadores da CORPI acerca dos processos de busca e recuperação da informação legislativa através de questionário.

5.1 Avaliação intrínseca qualitativa

A avaliação intrínseca qualitativa consiste na análise da qualidade da indexação mediante reindexação e comparação da atual com a antiga (APÊNDICE B). Durante o processo de reindexação foram observadas incongruências em relação ao que determina a Política de Indexação da Câmara dos Deputados. No total, foram identificados 22 termos inexistentes no tesauro, dos quais 4 resultaram de erros de grafia ou de contexto, como exhibe a tabela 4:

Quadro 5 - Erros de escrita na indexação ou termo fora do contexto

Como está no TECAD	Como foi indexada	Problema
violência	violência	acentuação
algema	algemas	plural
filhos /filho	filho	filho no singular representa filho homem, o que não corresponde ao contexto da proposição que citava filhos no geral.
critério	critérios	plural

Fonte: elaborado pela autora

Tais falhas apontam a não utilização do tesauro pelo indexador no momento da indexação. Nesse sentido, a falta de integração do TECAD com a ferramenta utilizada para a indexação, o SILEG, pode contribuir para a inserção incorreta dos termos.

Embora a maioria dos erros tenham ocorrido, principalmente, até 2015, tal fato não abona a interferência disso na recuperação das proposições legislativas, uma vez que, até mesmo as antigas são alvo de pesquisa frequentemente. A indexação com termos inexistentes no TECAD, ocorreu nas seguintes situações apresentadas na Tabela 5:

Quadro 6 - Termos incluídos no TECAD x Termos utilizados

Termo no TECAD	Termo utilizado
cesárea	cirurgia de cesariana
família	familiar
pessoa com deficiência	pessoa portadora de deficiência
ex-cônjuge	ex-companheiro
ação afirmativa	política compensatória
violência doméstica	violência doméstica e familiar
menor de idade	menor

Fonte: elaborado pela autora

Nas situações descritas, não é possível determinar se o erro se deu por causa do uso da linguagem natural sem consultar ao tesauro, ou se tais termos hoje inexistentes já fizeram parte do tesauro e foram substituídos pelos atuais. Além disso, observou-se o uso de termos gerais mesmo quando existiam termos mais específicos para determinado assunto, o que prejudica a especificidade da indexação, além de ir contra o que propõe a Política de Indexação.

Com relação ao TECAD, também foram observadas algumas falhas, especialmente no que diz respeito às atualizações necessárias para que os termos representem a linguagem mais amplamente utilizada pela sociedade e pelos próprios legisladores. Exemplo disso é o termo “cuidador de deficiente” que tem uso permitido pelo tesauro, ainda que exista uma publicação da própria Câmara dos Deputados que sugere as terminologias adequadas para o tratamento às pessoas com deficiência²². O termo correto “cuidador de pessoa com deficiência” aparece ainda como proibido, indicando o termo incorreto como o certo a ser utilizado.

Outros termos relacionados à gênero e sexualidade da mulher também são comumente excluídos ou generalizados, como é o caso do termo “transexual”, que poderia ser detalhado de forma a especificar melhor quando se trata de mulheres ou de homens transexuais. Na mesma temática, o termo “lésbica” foi incluído recentemente após sugestão de termo por usuários. Antes da inclusão, o termo era representado através da junção de mulher + homossexual, o que poderia recuperar conteúdos tanto sobre homem como sobre mulher homossexual.

O termo "Doença sexualmente transmissível (DST)" amplamente utilizado para nomear doenças causadas pelo contato sexual sem proteção, recentemente foi substituído pelo Ministério da Saúde²³ por IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis). A substituição se deve ao fato de não necessariamente manifestar uma doença quando se é infectado. Para o TECAD, no entanto, o termo correto a utilizar-se, continua sendo DST.

Para representar a equidade de gênero, princípio que preza pelas mesmas oportunidades entre homens e mulheres, o termo autorizado é “igualdade entre os sexos”, ainda que não seja o termo frequentemente utilizado para tratar do assunto. Além disso, se um usuário recorrer ao tesauro para procurar por equidade de gênero, não obterá resposta alguma, já que não aparece nem como termo proibido. Isto pode levar o usuário a pensar que

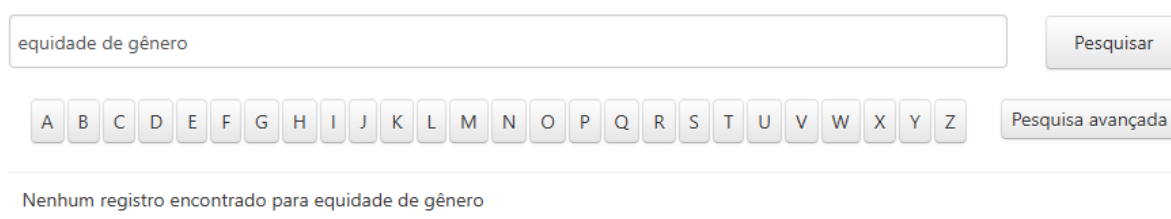
²²

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/140923_Cartilha_PCDdigital.pdf

²³ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dst>

não existe um termo para tal assunto, prejudicando a busca e saindo sem a resposta que desejava.

Figura 14- Equidade de gênero no TECAD



The image shows a search interface with a text input field containing 'equidade de gênero'. To the right of the input is a 'Pesquisar' button. Below the input field is a row of buttons for each letter of the alphabet (A-Z). To the right of these buttons is a 'Pesquisa avançada' button. Below the entire search area, a message states: 'Nenhum registro encontrado para equidade de gênero'.

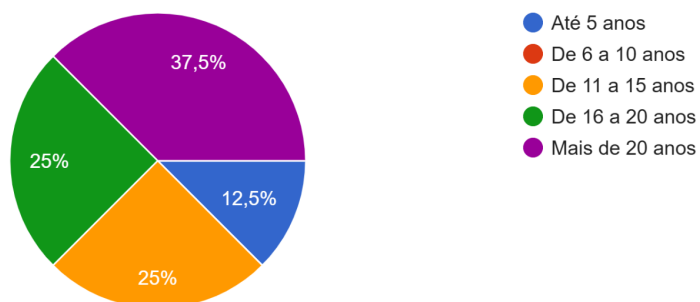
Fonte: Tesauro da Câmara dos Deputados

A falta de utilização do UP (usado para) é um problema recorrente no tesauro, o que ficou cada vez mais nítido a partir do processo de reindexação. Muitas vezes os termos utilizados no inteiro teor das proposições não foram recuperados no TECAD, o que demonstra incongruência entre os termos utilizados pela comunidade e os termos utilizados pelo tesauro.

5.2 Questionário: resultados

A etapa seguinte buscou compreender a visão dos pesquisadores da CORPI acerca dos processos de busca e recuperação da informação legislativa através de questionário. As primeiras questões visam estabelecer os perfis dos pesquisadores :

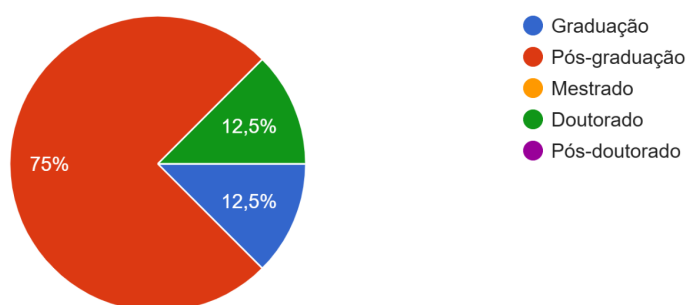
Gráfico 1 - Há quanto tempo você trabalha no CEDI?



Fonte: Google Forms

A maior parte dos pesquisadores atuam no Centro de Documentação e Informação há pelo menos 11 anos, o que significa que possuem experiência significativa na área, mesmo não tendo formação.

Gráfico 2 - Qual o seu nível de escolaridade

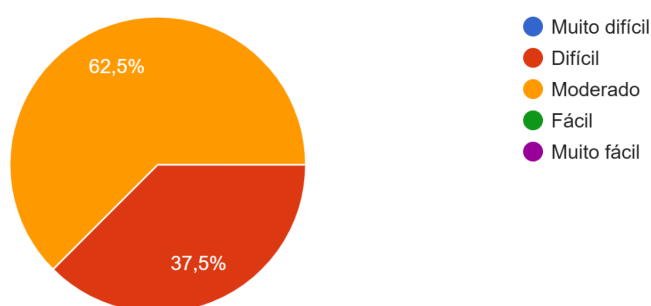


Fonte: Google Forms

Mais de 80% dos pesquisadores possuem pós-graduação. Dos 8 respondentes, 2 são bibliotecários, 3 são formados em letras, 1 em história, 1 em psicologia e 1 em fonoaudiologia.

Quando questionados sobre o uso do Portal da Câmara dos Deputados e do Sistema de Informações Legislativas para busca de proposições, todos os respondentes afirmaram utilizar ambos os sistemas. Isto se deve ao fato de que, apesar de os dois sistemas resultarem da mesma base de dados, os critérios de busca diferentes, acabam por gerar resultados diferentes, fazendo com que os pesquisadores realizem duas buscas para comparar os resultados.

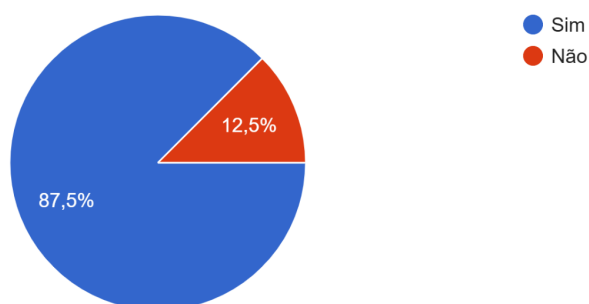
Gráfico 3 - O que você acha da navegação no SILEG para buscar proposições legislativas?



Fonte: Google Forms

Acerca da navegação no Sistemas de Informações Legislativas, nenhum pesquisador considera fácil, alternando entre moderado e difícil. Na questão seguinte, todos os servidores afirmaram ter recebido treinamento para o uso do SILEG, o que sugere que as dificuldades encontradas não têm a ver com a falta de treinamento e sim com limitações do próprio sistema.

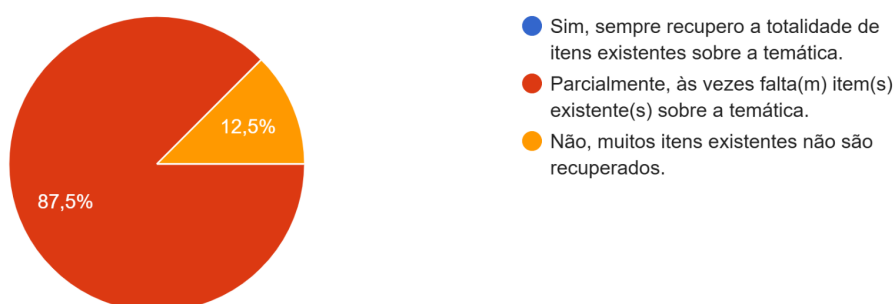
Gráfico 4 - Você tem observado aumento no volume de demandas relacionadas à temática da mulher?



Fonte: Google Forms

Mais de 87% dos respondentes perceberam aumento no volume de demandas relacionadas à temática da mulher.

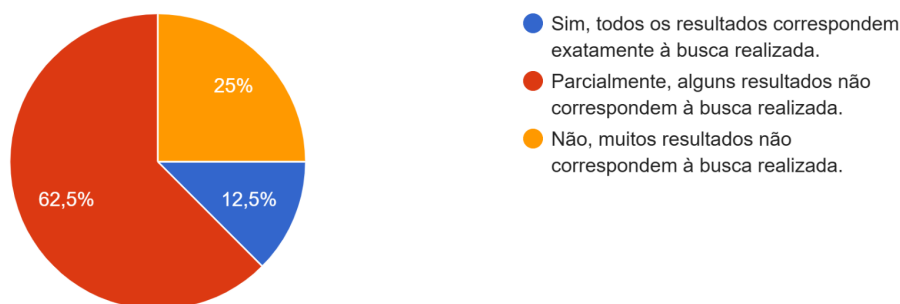
Gráfico 5 - Em relação às buscas de proposição sobre a temática mulher, você considera que os resultados recuperados refletem todos os itens disponíveis? (revocação)



Fonte: Google Forms

Todos os respondentes perceberam, ao menos uma vez, que a busca não conseguiu recuperar todos os itens sobre a temática da mulher. Isso significa que a taxa de revocação do sistema não satisfaz completamente os pesquisadores da casa.

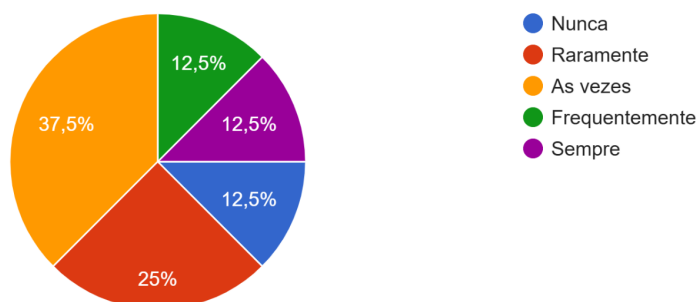
Gráfico 6 - Em relação às buscas de proposição sobre a temática mulher, os resultados que você recupera estão sempre de acordo com o que foi buscado? (precisão)



Fonte: Google Forms

Cerca de 87% dos respondentes apontam insatisfação com a precisão, isto é, com a capacidade de evitar documentos inúteis. Apenas 12,5% considera satisfatório o índice de precisão do sistema.

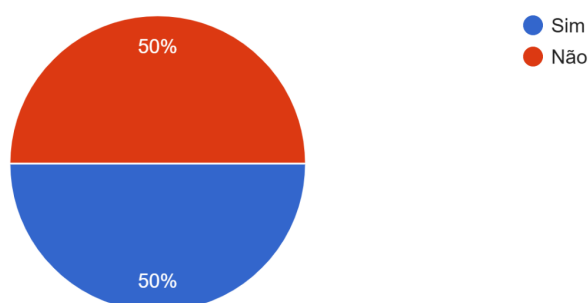
Gráfico 7 - Com que frequência você consulta o TECAD, antes da realização da busca de proposições legislativas, para definir os termos da expressão de busca?



Fonte: Google Forms

Acerca do uso do TECAD para definir os termos permitidos e utilizados pela casa legislativa, observou-se que quase 40% dos pesquisadores da CORPI, não utilizam ou raramente utilizam. O número apresentado pode resultar da falta de conhecimento sobre a ferramenta e sua importância, visto que, todos os respondentes apontaram nunca ter recebido treinamento para uso do TECAD.

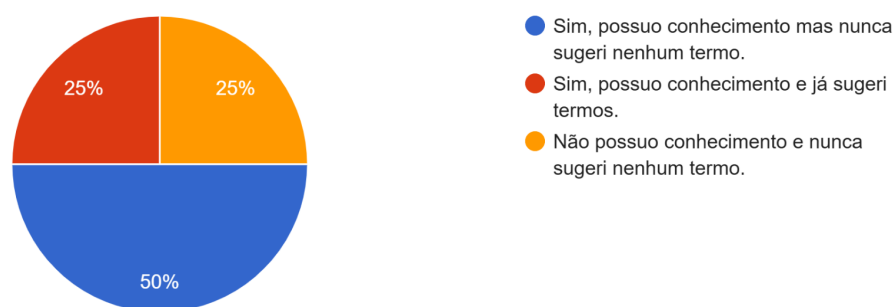
Gráfico 8 - Durante a sua consulta ao TECAD, você já teve alguma experiência de discordância ou questionamento em relação aos termos existentes no TECAD?



Fonte: Google Forms

Na questão anterior, 62,5% das pessoas utilizam o TECAD com alguma frequência, curiosamente na questão seguinte, 50% dos respondentes já tiveram alguma experiência de discordância com algum termo existente no TECAD. Isso significa que quase todas as pessoas que utilizam, já tiveram uma experiência de discordância ou questionamento em relação aos termos existentes.

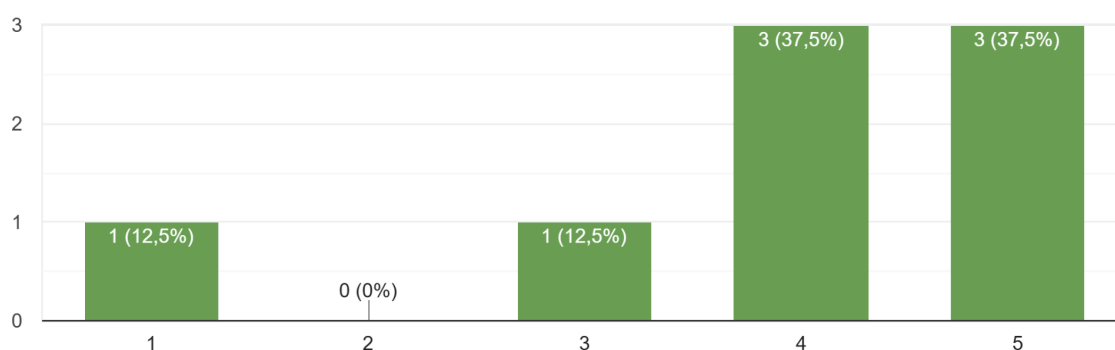
Gráfico 9 - Você possui conhecimento sobre a aba de sugestão de termos presente na página do TECAD? Já sugeriu algum termo?



Fonte: Google Forms

Apesar de mais da metade dos pesquisadores fazer uso do TECAD com alguma frequência, mais de 70% admitiram nunca ter sugerido a inclusão de algum termo, mesmo tendo discordância com algum termo e estando ciente da possibilidade de sugestão de termos. Ainda assim, mais da metade dos respondentes reconhecem a relevância do TECAD na recuperação da informação.

Gráfico 10 - Na sua opinião, qual a relevância do TECAD na recuperação da informação?



Fonte: Google Forms

A última questão, de natureza subjetiva, foi elaborada para permitir que os pesquisadores relatassem quais fatores poderiam tornar mais eficiente e eficaz o processo de

recuperação de proposições legislativas. As respostas foram divididas entre SILEG, indexação e TECAD:

Quadro 7 - Sugestões dos pesquisadores para melhorar a recuperação de proposições legislativas

SILEG	integração com o TECAD
	proporcionar que o usuário saiba quais são as lacunas/falhas em cada campo de pesquisa, bem como, quais são os critérios/filtros aplicados nos casos de pesquisa automática (exemplo: no campo autor, procura somente pelo 1º autor ou por todos os tipos de autores?)
Indexação	melhorar a indexação
	revisão da indexação quando houver atualização de termos do TECAD
	o indexador deve sugerir a inserção de novos termos durante o processo de indexação, e não depois.
TECAD	ampliação da equipe
	maior agilidade na inserção de novos termos
	utilização de relacionamento/hierarquia entre termos a fim de que possam ser recuperadas proposições de temas amplos/relacionados (exemplo: mulher-saúde, mulher-trabalho, mulher-maternidade, etc sem que haja necessidade do usuário aplicar cada um dos termos possíveis para mulher e cada um dos termos possíveis para saúde, para trabalho, etc).

Fonte: elaborado pela autora

5.3 Discussão dos resultados

Essa pesquisa permitiu a identificação e análise das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores da CORPI no que diz respeito à busca e recuperação de proposições legislativas relacionadas à mulher, temática que tem se tornado cada vez mais relevante nos dias atuais. A partir da avaliação intrínseca qualitativa foi possível observar diversas falhas ocorridas no processo de indexação das proposições legislativas, desde erros de grafia ao uso de termos que não constam no Tesauro da Câmara dos Deputados.

Em relação ao TECAD, a equipe reduzida afeta a agilidade na inserção de novos termos. Além disso, observou-se o uso de terminologias que não são mais utilizadas pela sociedade, o que demonstra falta de atualização constante.

Quanto ao Sistema de Informações Legislativas (SILEG), a interface antiga e com abas de versões anteriores podem confundir os usuários. Além disso, a própria falta de integração ao TECAD pode favorecer a inserção de termos proibidos. Em ciência disso, a Câmara dos Deputados tem desenvolvido, há pelo menos 10 anos, um sistema para substituição do SILEG. Denominado Processo Legislativo Digital (PLD), o sistema, ainda sem previsão para entrar em vigor, deverá ser integrado ao TECAD.

A partir do questionário e da avaliação intrínseca qualitativa, constatou-se que as principais dificuldades dos pesquisadores da CORPI na busca de recuperação de proposições legislativas decorrem de uma junção de questões relacionadas ao TECAD, ao SILEG e à indexação realizada. Nesse sentido sugere-se a ampliação da equipe da Seção de Gestão de Taxonomias e Políticas de Indexação (SETAP), responsável pelo tesauro, de modo a viabilizar que uma parte fique responsável somente pelas sugestões de termo, enquanto outra parte lida com a avaliação e com estudos necessários para aprimoramento da ferramenta. Acerca da indexação das proposições legislativas, propõe-se a revisão da indexação após mudança ou inclusão de termos, de forma a evitar que existam documentos indexados com um termo que não existe mais no TECAD. Além disso, a substituição do SILEG por um sistema integrado ao tesauro é urgente.

Constatou-se também que a maioria dos pesquisadores da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e informação (CORPI), apesar de compreenderem a importância do TECAD para a recuperação, não utilizam com frequência. Imaginando que o desconhecimento sobre a ferramenta e sua função, percorre toda a casa, sugere-se a realização de apresentação do TECAD, bem como, treinamento para todos os setores da Câmara Dos Deputados que possam de alguma forma, beneficiar-se de seu uso.

6 CONCLUSÃO

Com os avanços na discussão sobre gênero e o aumento da representatividade feminina na Câmara dos Deputados, o olhar voltado para a recuperação das proposições legislativas nessa temática foi o ponto de partida para a concepção desta pesquisa. A metodologia empregada levou ao cumprimento do objetivo geral que era avaliar a recuperação da informação sobre a temática da mulher no SILEG, o que ocorreu por meio da avaliação da indexação, que é o primeiro objetivo específico listado. O segundo objetivo buscava identificar as principais dificuldades dos pesquisadores da CORPI na recuperação de proposições legislativas referentes à temática da mulher, o que cumpriu-se através de questionário. Por fim, o último objetivo tratou da indicação de soluções para as dificuldades encontradas, o que pôde ser realizado através da avaliação da indexação, assim como, pelas respostas ao questionário.

Dessa maneira, foi possível responder à questão problema “Como melhorar a recuperação das proposições legislativas na temática da mulher no Sistema de Informações Legislativas?”. Em vista do exposto, compreende-se que a melhora da recuperação dessas proposições na temática da mulher pode ser propiciada por uma indexação mais padronizada e em consonância com a Política de Indexação, pela atualização mais frequente dos termos do TECAD, seguida pela revisão da indexação e a substituição do SILEG por um sistema com navegação mais didática e que possibilite a integração ao tesouro.

Dessa forma, a pesquisa se mostra relevante para a discussão das questões acerca da indexação e recuperação da informação na Câmara dos Deputados. Assim como, para a importância de um tesouro que acompanhe as mudanças terminológicas para uma indexação de qualidade e em consonância com os avanços da sociedade, especialmente por tratar-se da casa do povo, de onde surgem as leis.

A pesquisa contribuiu, portanto, para evidenciar a relevância da indexação na recuperação da informação, assim como de um controle terminológico de qualidade. Com base no exposto, recomenda-se para trabalhos futuros, uma análise aprofundada sobre o uso do Tesouro da Câmara dos Deputados por outros órgãos da casa, como a Coordenação de Arquivo (COARQ) a fim de compreender sua relevância e identificar as principais dificuldades da equipe.. Outra sugestão é a realização de pesquisa que investigue se há

relação entre a criação da Secretaria da Mulher e o aumento de proposições legislativas na temática da mulher.

REFERÊNCIAS

AITCHISON, J; CLARKE, S. The thesaurus: a historical viewpoint, with a look to the future. In: ROE, Sandra K; THOMAS, Alan R. **The thesaurus: review, renaissance and revision**. Abingdon: Routledge, 2004. p. 5-2.

ALARCÃO, C. M. A. **A gestão da informação legislativa na Câmara dos Deputados**. Orientador: Roberto Campos da Rocha Miranda . 2011. 92 f. Monografia (especialização) -- Curso de Gestão Pública Legislativa, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/aaad61b4-bd42-44ae-b3d8-0835f61677ba> Acesso em: 26 nov. 2024.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BRÄSCHER, M; CARLAN, E. **Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens**. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). *Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento*. Brasília DF: IBICT, 2010, 335 p. Capítulo 8, p. 147-176.

BRASCHER, M; CAFÉ, L. **Organização da informação ou organização do conhecimento?** In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (Org.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 80, de 31/01/2013**. Dispõe sobre a Política de Indexação de Conteúdos Informacionais, o Tesauro da Câmara dos Deputados e dá outras providências. Brasília, DF : Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-80-31-janeiro-2013-775250-no-rma-cd-mesa.html>. Acesso em: 14 set. 2024

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-pl.html>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Papel e estrutura da Câmara.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/papel-e-estrutura/> Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Entenda o processo legislativo.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/> Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposição Legislativa.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/p/proposicao-legislativa> . Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Tesouro da Câmara é incluído no serviço de dados abertos da Casa.** Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 7 fevDisponível em: <https://www.camara.leg.br/assessoria-de-imprensa/937793-tesouro-da-camara-e-incluido-no-servico-de-dados-abertos-da-casa/>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada feminina alcança 91 deputadas federais.** Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1> Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Propostas legislativas sobre a mulher.** Brasília : Câmara dos Deputados, Secretaria da mulher. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas-sobre-mulher>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Secretaria da mulher.** Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da mulher. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Procuradoria da mulher.** Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da mulher. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/procuradoria-da-mulher-1>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

CANDIANI, H. R. Simone de Beauvoir. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/simone-de-beauvoir-2/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 82, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2049>. Acesso em: 24 ago. 2024.

CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia** da UFMG, v. 14, n. 2, 1985. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36507/28553> Acesso em: 22 set. 2024.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? : uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão.** 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9916>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomia e tesauros em teoria de sistemas e sistemática.** Brasília: Thesaurus, 2010. 182 p.

CURRÁS, E. **Tesauros: Linguagens terminológicas.** Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1995. 286 p.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação de informação:** análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-15032004-130230/pt-br.php> . Acesso em: 23 set. 2024.

FERREIRA, B. **Gênero e memória: as representações do feminino na Enciclopédia da Mulher (1950-1970).** 2019. 292 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/26969>. Acesso em: 20 jul.2024.

LANCASTER, F.W. **Vocabulary control for information retrieval.** 2. ed. Arlington: information resource, 1986. 270 p. 29-33.

LIMA, G. A. DE .; CAMPOS, M. L. A.. Sistema de Armazenamento e Recuperação da Informação: uma análise do impacto das variáveis e medidas visando à organização e

recuperação de informação centrado no usuário. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, p. 022012, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/p4CtsgSVQ5W9h7yYQVxmp6x/?lang=pt#>

MACULAN, B. C. M. S. **Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesauro: remodelagem do THESAGRO**. 2015. 343 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9ZKMUV>.

MIRANDA, L. dos S.; DIAS, C. da . C. Mapeamento das abordagens e tipos de avaliação de tesouros. **Fórum de Pesquisas Discentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (FORPED PPGGOC)**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 1–13, 2023. Disponível em: <https://forped.eci.ufmg.br/revista/forped/article/view/97>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MORENO, F. P. Da representação descritiva como área de pesquisa e sua relação com a recuperação da informação. In: BAPTISTA, Dulce Maria; JÚNIOR, Rogério Henrique de Araújo. **Organização da Informação: abordagens e práticas**. Brasília – DF: Thesaurus, 2015, p. 94-113.

NASCIMENTO, F. M S. **Sistema de Organização do Conhecimento : um mapeamento de conceitos e processos para a Ciência da Informação no Brasil**. 2022. 274 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45702>

OLIVEIRA, M. A. R. **Gestão do conhecimento no comitê de indexação da Câmara dos Deputados**. Orientador: Roberto Campos da Rocha Miranda. 2017. 53 f. Relatório de intervenção (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2017. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33819>. Acesso em: 26 nov. 2024.

REIS, M. C. dos. **Interface de busca e recuperação de informação : um modelo baseado nos princípios da hermenêutica e na utilização de ontologias**. 2019. 308 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de

Filosofia e Ciências, Marília, 2019. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/reis_mc_do_mar.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, M. A. **Produção legislativa feminina: a agenda de mulheres e a sub-representação feminina desde a Constituição Federal de 1988**. Orientador: Giovana Dal Bianco Perlin. 2023. 118 f. Dissertação (Dissertação (mestrado) - Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, 2023. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41421>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, A. M. **A função social da representação: uma análise da representação documentária sobre mulheres e feminismos na organização do conhecimento**. 2023. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/243746>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SILVA, P. N. **Recuperação de Informação na Ciência da Informação: produção acadêmico-científica brasileira (2012-2021)**. Transinformação, v. 35, e237336, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/7b74SBZHTWBjVY4SVhy8PSP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

SOUSA, Brisa Pozzi de; TOLENTINO, Vinicius de Souza. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 166–207, 2017. DOI: 10.5433/1981-8920.2017v22n2p166. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31448>. Acesso em: 24 ago. 2024.

TRISTÃO A. M. et al. **Sistema de classificação facetada: instrumento para organização da informação sobre cerâmica para revestimento**. Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 14, n. 2 2004.

XAVIER, M. **Sistemas de Organização do Conhecimento sobre mulheres: parâmetros para sua construção e avaliação a partir da realidade do movimento de mulheres**. 2023. 272 f.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21122023-122830/pt-br.php>. Acesso em: 10 jul. 2024.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Há quanto tempo você trabalha no CEDI?

- ☐ Até 5 anos
- ☐ Entre 6 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 15 anos
- ☐ Entre 16 e 20 anos

2. Qual o seu nível de escolaridade ?

- ☐ Graduação
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-doutorado

3. Qual o seu curso de formação?

4. Você tem observado aumento no volume de demandas relacionadas à temática da mulher?

☐ Sim

☐ Não

5. Você realiza busca de proposições legislativas para atender demanda de informação, utilizando:

☐ Sistema de Informações Legislativas

☐ Portal Câmara

☐ Ambos

6. O que você acha da navegação no SILEG para buscar proposições legislativas?

☐ Muito difícil

☐ Difícil

☐ Moderado

☐ Fácil

☐ Muito fácil

7. Você recebeu algum tipo de treinamento para utilização do SILEG?

☐ Sim

☐ Não

8. Em relação às buscas de proposição sobre a mulher, você considera que os resultados recuperados refletem todos os itens disponíveis?

- ☐ Sim, sempre recupero a totalidade de itens disponíveis sobre a temática
- ☐ Parcialmente, às vezes falta um item ou outro nos resultados
- ☐ Não, muitos itens existentes não são recuperados

9. Em relação às buscas de proposição sobre a mulher, os resultados que você recupera estão sempre alinhados com o que foi buscado?

- ☐ Sim, todos os resultados correspondem exatamente à busca realizada.
- ☐ Parcialmente, alguns resultados não condizem com a temática
- ☐ Não, muitos resultados não correspondem ao que foi buscado.

10. Com que frequência você consulta o TECAD, antes da realização da busca de proposições legislativas, para definir os termos da expressão de busca?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

11. Durante a sua consulta ao TECAD você já teve alguma experiência de discordância ou questionamento em relação aos termos encontrados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Você possui conhecimento sobre a aba de sugestão de termos presente na página do TECAD? Já sugeriu a inclusão de algum termo?

- ☐ Sim, possuo conhecimento mas nunca sugeri nenhum termo.
- ☐ Sim, possuo conhecimento e já sugeri termos
- ☐ Não possuo conhecimento e nunca sugeri nenhum termo

13. Na sua opinião, qual a relevância do Tesauro da Câmara dos Deputados (TECAD) para a recuperação da informação?

	1	2	3	4	5	
Pouco relevante	☐	☐	☐	☐	☐	Muito relevante

14. Você recebeu algum tipo de treinamento para utilização do Tesauro da Câmara dos Deputados (TECAD) ?

- ☐ Sim
- ☐ Não

15. Na sua opinião, quais fatores poderiam tornar mais eficiente e eficaz o processo de recuperação de conteúdos legislativos no âmbito da Câmara dos Deputados ?

APÊNDICE B - PROPOSIÇÕES REINDEXADAS

Prop. Legislati	Ementa	Indexação nova	Indexação antiga
PL 6735/2010	Proíbe a exigência da realização do teste de gravidez e a apresentação de atestado de laqueadura, como condição de acesso de mulheres a postos de trabalho nas empresas e dá outras providências.	Mulher, proibição, atestado médico, laqueadura de trompas, exame de gravidez, admissão no emprego, posto de trabalho, ascensão profissional, proteção à maternidade, atividade insalubre, discriminação de gênero.	Proibição, empresa, exigência, realização, teste, gravidez, mulher, atestado, laqueadura de trompas, requisitos , acesso, emprego, exclusão, atividade insalubre, atividade perigosa, penalidade, infração.
PL 7887/2010	Inserção de serviços de informação sexual por telefone e internet e dá outras providências.	Ministério da saúde, Serviços de telecomunicações, Telefone, Internet, Educação sexual, prevenção, Doença sexualmente transmissível (DST), Gravidez na adolescência, Adolescente, Jovem, Desenvolvimento sexual, Ato sexual, preservativo.	Criação, serviço de informações , telefone, (Internet), orientação, jovem, sexo, gravidez, mulher, combate, doença sexualmente transmissível, vinculação, Ministério da Saúde.
PEC 58/2011	Altera a redação do inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para estender a licença maternidade em caso de nascimento prematuro à quantidade de dias que o recém nascido passar internado.	Constituição Federal (1988), licença à gestante, prematuro, parto prematuro, parturiente, amamentação, mulher	Constituição Federal (1988), Direitos sociais, aumento, licença à gestante, parto prematuro, mulher.
PL 3050/2011	Altera o §2º do art. 10 da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, de forma a permitir a realização da laqueadura tubárea nos períodos de parto ou aborto em caso de cesária anterior.	Planejamento familiar, laqueadura de trompas, cesárea, esterilização voluntária, mulher, parto, aborto	Alteração, Lei do Planejamento Familiar , autorização, laqueadura de trompas, parto, aborto, comprovação, realização, cirurgia de cesariana , mulher.
PL 3110/2012	Proíbe o uso de algemas em mulheres antes, durante e depois do parto.	Mulher, algema, proibição, parto, nascituro, presa gestante, presa parturiente.	Proibição, utilização, algemas, mulher, parto.
PL 4884/2012	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre licença especial à gestante em situação de risco.	Alteração, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Mulher, Licença à gestante, gravidez de risco, nascituro, laudo médico, auxílio-doença, gestante, Previdência social, trabalho da mulher.	Alteração, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei de Benefícios da Previdência Social, concessão, licença especial , licença a gestante, mulher, nascituro, prevenção, riscos, obrigatoriedade, pagamento, auxílio-doença.

Prop. Legislati	Ementa	Indexação nova	Indexação antiga
PEC 295/2013	Altera a redação do § 3º, VIII do art. 142 da Constituição Federal.	Prorrogação, Licença à gestante, Mulher, Prematuro, Prematuridade, Parto prematuro, Parturiente, Amamentação, Recém-nascido, Internação hospitalar, Trabalho da mulher.	Constituição Federal (1988), Direitos sociais, aumento, licença à gestante, parto prematuro, mulher.
PL 7025/2013	Altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal e o Código Penal; e dá outras providências.	violência doméstica, mulher, prevenção, violência contra a mulher, vítima, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, atenção à vítima, discriminação de gênero, perseguição obsessiva, ameaça, ameaça qualificada _ Código de Processo Penal, Código Penal, alteração, medida protetiva de urgência, detenção, pena, prisão preventiva, fiança, lesão corporal	Alteração, Lei Maria da Penha, redução, prazo, remessa, expediente, concessão, medida protetiva de urgência, assinatura eletrônica, produção, armazenamento, transmissão, meio eletrônico, documento digital, ação penal pública incondicionada, violência doméstica, violência, familiar , violência contra a mulher, representação, vítima, crime contra a honra, ameaça, crime de dano , critérios, aplicação imediata , pena, revogação, prisão preventiva. _ Alteração, Código de Processo Penal, proibição, fiança, crime, violência doméstica, violência familiar , autorização, concessão, liberdade provisória, indiciado. _ Alteração, Código Penal, tipicidade , crime, ameaça qualificada, perseguição obsessiva ou insidiosa , aumento da pena, lesão corporal, autor , ascendente, descendente, irmão, cônjuge, companheiro, ex-companheiro .
PL 7048/2014	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	Medida de proteção, pessoa com deficiência, mulher, vítima, violência doméstica, violência contra a mulher, lesão corporal grave, Ocorrência policial, autoridade policial, obrigatoriedade, investigação criminal.	Alteração, Lei Maria da Penha, violência doméstica, violência familiar , mulher, autoridade policial, inclusão, condição, vítima, pessoa portadora de deficiência , registro, ocorrência.

Prop. Legislati	Ementa	Indexação nova	Indexação antiga
PL 8305/2014	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.	Feminicídio, Homicídio qualificado, Crime hediondo, violência doméstica, Discriminação de gênero, Aumento da pena, vítima, gestante, Menor de idade, pessoa com deficiência.	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, tipicidade, crime hediondo, feminicídio, homicídio qualificado, questão de gênero, violência doméstica e familiar , discriminação, mulher, aumento da pena, vítima, gestante, menor , presença, descendente, ascendente.
PEC 134/2015	Acrescenta art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas 3 (três) legislaturas subsequentes.	reserva, vaga, Câmara dos Deputados, Câmara Municipal, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleia Legislativa, percentual, representação, gênero, homem, mulher.	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reserva, vaga, percentual mínimo, gênero, homem, mulher, deputado federal, deputado distrital, vereador, critério, preenchimento, política compensatória .
PLP 195/2015	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tomar inelegíveis para qualquer cargo os condenados civil ou criminalmente em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Lei Maria da Penha (2006), violência doméstica, violência contra a mulher, Crime contra a vida, Crime contra a dignidade sexual, Abuso sexual, Violência psicológica contra a mulher. candidato, inelegível, inelegibilidade, Condenação criminal transitada em julgado.	Alteração, Lei de Inelegibilidade, candidato, cargo eletivo, condenado, violência doméstica e familiar, violência contra a mulher.
MPV 716/2016	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 420.000.000,00, para os fins que especifica.	Crédito extraordinário, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004-2016) gestante, proteção, mulher, Bolsa Família, vulnerabilidade econômica, Mosquito Aedes aegypti, Microcefalia.	Crédito extraordinário, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pesquisa, saúde, Ministério da Defesa, apoio, forças armadas, combate, mosquito Aedes aegypti, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prevenção, proteção, mulher, gestante, Bolsa Família.
PLP 247/2016	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências, para incluir a violência contra a mulher como razão de inelegibilidade	Lei Maria da Penha (2006), Inelegibilidade, condenação criminal, Violência contra a mulher, Violência doméstica, mulher, Crime contra a vida, Crime contra a dignidade sexual, Igualdade entre os sexos, Abuso sexual, Violência psicológica contra a mulher.	Alteração, Lei de Inelegibilidade, critério, inelegibilidade, candidato, condenação criminal, crime, violência contra a mulher, prazo determinado.

Prop. Legislati	Ementa	Indexação nova	Indexação antiga
PL 6829/2017	Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho da mulher cujo filho não tenha idade para ingresso na educação básica obrigatória.	redução, jornada de trabalho, mãe, mulher, criança, filhos, educação infantil, primeira infância.	Alteração, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) mulher, filho , ausência, idade, educação básica, primeira infância, opção, redução, jornada de trabalho, salário, proporcionalidade.
PL 9452/2017	Dispõe sobre a preferência de idosos, mulheres grávidas ou com criança de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos assentos do transporte coletivo	Assento preferencial, Transporte coletivo, Transporte público coletivo, gestante, mulher, idoso, Pessoa com criança de colo, Lactente, Pessoa com mobilidade reduzida, Pessoa com deficiência.	Assento, transporte coletivo, transporte público, assento preferencial, idoso, gestante, mulher, Pessoa com deficiência, Pessoa com mobilidade reduzida, Pessoa com criança de colo.
PL 9492/2018	Cria o Cadastro Nacional de Violência Contra a Mulher.	Cadastro Nacional de Violência contra a Mulher, mulher, violência contra a mulher, Agressor, inclusão, Banco de dados, investigação criminal.	Criação, Cadastro Nacional de Violência contra a Mulher, banco de dados.
PL 11239/2018	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da trabalhadora gestante ou lactante em face do labor insalubre.	Alteração, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), empregado, mulher, gestante, lactante, salário-maternidade, trabalho da mulher, atividade insalubre, empregador, adicional de insalubridade, empresa, afastamento ao trabalhador celetista, atestado médico.	Alteração, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), disciplinamento, proteção, gestante, lactante, Atividade insalubre, mulher.
PL 120/2019	Estabelece como direito das mulheres vítimas de crimes de violência a garantia de serem atendidas preferencialmente por autoridades policiais e agentes do sexo feminino.	Atendimento à vítima, Autoridade policial, Sexo feminino, Atendimento preferencial, mulher, violência contra a mulher, violência doméstica, vítima.	Garantia, mulher, vítima, violência contra a mulher, escolha, atendimento, autoridade policial, sexo feminino, sexo masculino, segurança pública.
MPV 894/2019	Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Virus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.	Pensão especial, Criança, Lactente, Microcefalia, Síndrome Congênita do Zika Virus, Laudo médico, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	Pensão especial, criança, microcefalia, Zika vírus, pensão vitalícia, salário mínimo. _Alteração, lei federal, revogação, dispositivo legal, Benefício de Prestação Continuada (BPC), caráter temporário, criança, microcefalia.

Prop. Legislati	Ementa	Indexação nova	Indexação antiga
PDL 73/2020	Susta a Portaria nº 1.508, de 1º de setembro de 2005, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.	Ministério da Saúde, aborto legal, gestante, risco de morte, estupro, mulher, idade gestacional, Crime contra a vida, embrião humano, feto.	Sustação, Portaria, Ministério da Saúde, Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez, Sistema Único de Saúde (SUS), aborto legal, estupro, mulher, violência sexual.
PL 5611/2020	Estabelece punição à violência política e profissional de gênero e dá outras providências.	Mulher, violência política de gênero, violência política contra a mulher, violência contra a mulher, punição, assédio sexual, discriminação de gênero.	Punição, violência política contra a mulher, exercício do mandato, violência, contra , profissional liberal, mulher, atos, discriminação política, discriminação profissional.
PL 144/2021	Dispõe sobre a reserva de vagas de emprego, ou estágio para Mulheres transexuais, travestis e homens transexuais nas empresas privadas e dá outras providências.	reserva, Vaga, Emprego, Estágio, Empresa privada, Mulher, Homem, Transexual, Travesti, Identidade de gênero, Nome social.	Obrigatoriedade, empresa privada, percentual, vaga, emprego, mulher, homem, Transexual, Travesti, descumprimento, perda, incentivo fiscal, contrato, convênio, Poder Público.
PLP 192/2021	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a mulher cuidadora informal ou atendente pessoal não remuneradas como dependentes de segurados idosos ou com deficiência.	mulher, cuidador de idosos, cuidador informal, idoso, pessoa com deficiência, cuidador de deficientes, dependente, segurado, previdência social, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefício assistencial, Benefício de Amparo ao Cuidador.	Alteração, Lei de Benefícios da Previdência Social, inclusão, mulher, Cuidador informal, Atendente pessoal de pessoa com deficiência, dependente, idoso, pessoa com deficiência, segurado, Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
PL 3258/2019 Apresentado em 2022*	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, pessoas com deficiência e idosos o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.	Mulher, Pessoa com deficiência, Idoso, Transporte coletivo, Transporte público, Parada de ônibus, desembarque, período noturno, Política de segurança pública.	Alteração, Lei do Atendimento Prioritário, critério, passageiro, Transporte coletivo, mulher, idoso, pessoa com deficiência, desembarque, Parada de ônibus, período noturno. _ Alteração, Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, obrigatoriedade, União, política pública, segurança, usuário, Transporte público, período noturno

Prop. Legislati	Ementa	Indexação nova	Indexação antiga
PL 23/2022	Institui a Campanha Check-up Feminino para orientação e prevenção de doenças, no âmbito do SUS e dá outras providências.	mulher, saúde, Sistema Único de Saúde (SUS), doença, Diagnóstico precoce, Exame laboratorial, Exame de imagem, Tratamento de saúde, Cura, Endometriose, Doença grave, Exame preventivo, Rede de atenção à saúde da mulher	Criação, Campanha Check-up Feminino, campanha educativa, Sistema Único de Saúde (SUS), orientação, mulher, Diagnóstico precoce, prevenção, doença.
PL 4/2023	Estabelece protocolo de segurança para as mulheres em casas de festas, discotecas, boates e bares, cria o Selo Não é Não – Mulheres Seguras e dá outras providências.	protocolo de segurança, mulher, casa noturna, bar, restaurante, crime contra a dignidade sexual, vítima, perseguição qualificada, violência sexual, Selo Não é Não - Mulheres Seguras	Procedimento, atendimento à vítima, mulher, violência sexual, estabelecimento comercial, evento, bar, restaurante, casa noturna, clube social (?), hotel, garantia, proteção, direitos, vítima. _Criação, Selo Não é Não - Mulheres Seguras, estabelecimento comercial, procedimento, prevenção, crime contra a dignidade sexual, perseguição obsessiva, segurança pública.
PL 6129/2023	Dispõe sobre a garantia de condições especiais para realização de provas por candidatas gestantes em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União.	Concurso público, Concurso de provas, mulher, Candidato a cargo público, Gestante, Gravidez, Laudo médico, prova (ensino), remarcação, Maternidade, Igualdade entre os sexos.	Garantia, caráter especial, Prova (ensino), mulher, gestante, candidata, concurso público.
PEC 34/2024	Inclui a primeira infância como beneficiária de direitos e garantias, no Texto Constitucional.	Alteração, Constituição Federal (1988), Marco Legal da Primeira Infância (2016), primeira infância, criança, órfão, Crime contra a criança e o adolescente, Direitos da criança e do adolescente, Violência contra a criança e o adolescente, abuso sexual, punição, Assistência jurídica gratuita, Atenção integral à saúde, Direitos e garantias coletivas, Desenvolvimento infantil, Princípio da proteção integral da criança e do adolescente.	Constituição Federal (1988), inclusão, proteção legal, primeira infância, Direitos da criança e do adolescente. _Publicidade, dotação orçamentária, programa (administração), primeira infância, mulher.
PLP 21/2024	Dispõe sobre política de promoção da equidade de gênero no empreendedorismo.	igualdade entre os sexos, mulher, empreendedorismo feminino, liderança feminina, trabalho da mulher _microempresa, pequena empresa, alíquota reduzida, Sociedade (Pessoa Jurídica), capital social, empreendedor, discriminação profissional, cargo de alta administração, equidade.	Alteração, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (2006), tratamento diferenciado, tributação favorecida, alíquota reduzida, Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), microempresa, pequena empresa, liderança feminina, trabalho da mulher, empreendedorismo feminino, igualdade entre os sexos.